UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
CURSO BACHARELADO EM HUMANIDADES

YTHALO VIANA LIMA

UM ESTUDO URBANO-ANTROPOLÓGICO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NOS ESPAÇOS DE REDENÇÃO – CEARÁ

REDENÇÃO
2015

YTHALO VIANA LIMA

UM ESTUDO URBANO-ANTROPOLÓGICO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NOS ESPAÇOS DE REDENÇÃO – CEARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito necessário à obtenção do grau de bacharel em Humanidades.

Orientadora: Jacqueline Britto Pólvora

REDENÇÃO

2015

Dedico este trabalho a Dona Idelzineide. Mulher preta, juremeira, mãe-avó, que me mostrou o significado da palavra bravura.

AGRADECIMENTOS

Ao pai celestial, por me conceder serenidade para seguir firme e forte, apesar dos pesares que me acometeram ao longo desta trajetória.

À minha mãe, Ofélia, meu exemplo de garra e determinação.

À Jacqueline, minha orientadora (na academia e na vida) e amiga.

À minha irmã, Maria, fiel companheira.

Ás minhas amigas Cristiane, Patrícia, Aline e amigo Elves que me acompanharam nesta trajetória e com quem partilhei as dores e alegrias da produção acadêmica.

Às minhas colaboradoras, mulheres de fibra que me ensinaram a persistir diante das dificuldades.

Aos/às demais colegas e amigas/os.

A todas/os que contribuíram direta ou indiretamente para o sucesso deste trabalho.

RESUMO

Neste trabalho meu objetivo principal é analisar as relações de gênero estabelecidas nos espaços de Redenção e identificar a espacialização de homens e mulheres no município baseada na categoria de gênero. Discorro sobre os conflitos e negociações entre homens e mulheres nos espaços de sociabilidade. Utilizei o método de pesquisa qualitativa junto a grupos de homens e mulheres de idades entre 25 e 60 anos, sem aplicação de roteiros estruturados de entrevista. Nos resultados eu apresento a existência de 1) territórios femininos – pedaços – que possibilitam às mulheres a prática da ociosidade e/ou do lazer nos espaços públicos e 2) espaços masculinos – casa-dos-homens – com estruturas de masculinidades definidas que, mediante o exercício permanente através de símbolos e práticas, contribuem para a manutenção da própria masculinidade, reinventando-se.

Palavras-chave: relações de gênero; mulheres; homens; espaços; territórios.

ABSTRACT

This work aims to investigate gender relations occurred in Redenção spaces and identify men and women distribution in town based on gender category. There is a reflection over the panorama of conflicts and negotiations between men and women at the sociability spaces. Qualitative method of research was used with groups of women and men between 25-60 years old, with no survey application. As results, it has been taken the existence of 1) feminine territories – *pedaços* – that helped women at the leisure practice on public spaces and 2) masculine spaces – *maison des hommes* – with masculinity structures durably defined by the permanent exercise through symbols and practices, which contributed to maintain the very masculinity.

Keywords: gender relations; women; men; spaces; territories.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8

1 GÊNERO E ESPAÇO: CATEGORIAS ÚTEIS PARA UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA 10
1.1 Gênero: debate geral 10
1.1.1 Década de 1960 ou Segunda Onda Feminista 10
1.1.2 Feminismo e capitalismo 13
1.1.3 Feminismo Negro 15
1.1.4 Terceira Onda Feminista 18
1.2 Espaço social: fundamentos conceituais 20
1.3 Os estudos integrados de gênero e espaço à luz da geografia feminista 23

2 OS ESPAÇOS DE REDENÇÃO COMO CENÁRIO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO 25
2.1 A política dos territórios e a territorialidade de Redenção 25
2.2 O fenômeno da "generificação" do espaço 31
2.2.1.Espaços de sociabilidade masculina, feminina e mista 37
2.3 As fronteiras físicas e simbólicas de gênero 40

3 GÊNERO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE REDENÇÃO 46
3.1 A importância dos "pedaços" na constituição da sociabilidade feminina 46
3.2 As "casas dos homens" de Redenção: espaços quase intransponíveis 52
3.3 Repensar o conceito de "casa dos homens" para a reflexão de uma(s) "casa(s) das mulheres" 57

REFERÊNCIAS 62

INTRODUÇÃO

Nesta introdução ofereço um esboço geral do trabalho desenvolvido nos próximos capítulos, bem como também situo o recorte espaço-temporal e a metodologia utilizada.

Gênero foi um assunto que sempre me interessou desde o ingresso na universidade. Após o contato com algumas disciplinas que tinham como foco essa temática, fui posto em contato cada vez mais aprofundado com estudos na área.

Um texto introdutório que chamou minha atenção em particular foi *A dominação masculina* de Pierre Bourdieu, no qual ele tratava de forma sociológica o processo de construção da hegemonia da masculinidade e debatia a construção de símbolos sociais como marcas de poder masculinas. A partir desse momento eu não pude olhar pras relações sociais da mesma forma. Passei a enxergar relações de poder pautadas nas diferenças de gênero em situações triviais como, por exemplo, o simples caminhar na rua ou pela dinâmica de casais heterossexuais em restaurantes.

À época eu era bolsista de Iniciação Científica em um projeto coordenado pela Professora Jacqueline Britto Pólvora. O objetivo do trabalho era investigar, por meio da aproximação com a população urbana de Redenção, as concepções de higiene e sujeira entre a população do município. O período que permaneci no projeto me permitiu conhecer de perto a realidade de algumas pessoas, e isso incluía tanto sua vida pública e parte de sua vida privada. Se por um lado eu acompanhava algumas delas no trabalho, por outro eu era convidado a tomar café-da-manhã na casa de umas e outras, e através desse contato mais íntimo eu também investigava suas relações com a própria limpeza em casa.

Dessa forma, eu passei a identificar também casos pontuais de gênero com base nas leituras que fazia, embora este não fosse o direcionamento da pesquisa. As ocorrências destes casos passaram também a compor meu caderno de campo: os desentendimentos domésticos entre cônjuges e disputas de gênero na própria rua e nas praças.

Ao final da bolsa expus à minha orientadora o desejo de abordar mais a fundo, no Trabalho de Conclusão de Curso, os dados sobre gênero que tinha obtido paralelamente ao trabalho da bolsa.

A ideia foi acatada com algumas modificações. Como a especialidade dela é Antropologia Urbana, decidimos mudar o enfoque do trabalho para os espaços de construção das sociabilidades de gênero. Ela me apresentou o material da Geografia

feminista, que fazia exatamente este diálogo gênero–espaço, de forma que tive a oportunidade de trabalhar com os dois conceitos-chave no meu trabalho.

Este trabalho foi desenvolvido por meio do método etnográfico, através das técnicas de observação participante (Eckert e Rocha, 2008) e entrevistas não estruturadas. O meu recorte empírico foi os espaços públicos e semi-públicos (Ferreira e Marques, 2000), principalmente praças e bares, no quais pude identificar as negociações de gênero de forma mais intensa.

Estabeleci, em maior grau, contato com mulheres entre as faixas etárias de 30 a 60 anos. Acredito ter tido sucesso nessa tarefa, em contraposição às próprias regras sociais experimentadas no início do contato com o grupo que me mostravam ser inviável, ou pelo menos minimamente estranho, o vínculo afetivo de um jovem com mulheres de idade mais avançada.

Em menor grau eu tive contato na pesquisa com homens da mesma faixa etária. Esta diferença na própria forma de obter os resultados entre um e outro gênero foi principalmente pela hostilidade com que eu era recebido nos ciclos de sociabilidade masculina.

Dado o contexto do surgimento de novas categorias e classificações de gênero, e por sugestão de uma colega feminista e estudiosa do feminismo, esta é uma pesquisa que contempla exclusivamente homens e mulheres heterossexuais e cisgêneros[1]. A escolha não tem a pretensão de excluir outras classificações de gênero, mas antes surgiu como a forma de recorte apropriada, dado as proporções do trabalho e das próprias condições de abordagem no município.

Não tenho a finalidade de projetar um estudo das mulheres, no sentido de ditar regras de protagonismo feminista ou similares. Os resultados aqui trazidos são fruto de uma observação séria de meses em campo e de inspirações provenientes de leituras de bibliografias feministas. Dessa forma, iluminado pelas indicações do prof. Gilson Rodrigues, que coordenou uma comunicação na qual apresentei parte deste trabalho, dispensei as desculpas excessivas acerca da ausência de minha experiência feminina de vida. Tomei decisões que julguei como posicionamentos epistêmicos necessários e úteis, que são a problematização do meu lugar enquanto homem e pesquisador e meu campo de abordagem, por meio da etnografia, para compensar esta ausência.

[1] "Conceito 'guarda-chuva' que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento" (JESUS, 2012).

Este trabalho tem, portanto, a finalidade de lançar um olhar antropológico sobre as relações de gênero protagonizadas nos espaços do município de Redenção. No texto e na própria abordagem de campo isto acontece de maneira assimétrica, pois não trabalho sob perspectivas espaciais equivalentes com homens e mulheres. Antes, eu ofereço uma possibilidade de análise espacial e de articulação de sujeitos/as nos espaços específicos que abordo. Ou seja, neste trabalho não tenho a intenção de explicar qual a diferença entre espaços predominantemente masculinos e espaços predominantemente femininos.

Neste texto, frequentemente a escrita evidenciará minha autocolocação enquanto pesquisador social afetado (Favret-Saada, 1990) pela conjuntura analisada, a partir de flashes de consciência resultantes do meu estranhamento enquanto alguém que por vezes adquiria o hábito de adotar "personalidades flutuantes" no intuito de me aproximar dos meus interlocutores. Por outro lado, esse movimento demonstrava, pela minha diferença de comportamento dos dois universos acompanhados, a necessidade de criar mecanismos que facilitassem as aproximações.

1 GÊNERO E ESPAÇO: CATEGORIAS ÚTEIS PARA UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA

1.1 Gênero: debate geral

Neste capítulo pretendo estabelecer um curto debate teórico situando cronologicamente os eventos históricos relevantes aos estudos feministas, espaciais e à análise dos dois conceitos em conjunto, surgida posteriormente. O exercício é necessário, pois os três níveis são fundamentais para esta pesquisa. A evolução do feminismo pontuada neste trabalho se interpõe ao debate de gênero, pois ilustra de forma significativa o lugar das mulheres no plano social.

1.1.1 Década de 1960 ou Segunda Onda Feminista

Inicio esta espécie de narrativa da história do feminismo a partir de um recorte feito na década de 1960, particularmente porque é a partir desta data que surgem produções escritas voltadas para a análise de gênero. Com isto eu não pretendo minimizar de forma alguma os grandes avanços nas questões dos direitos das mulheres empreendidos com o advento da Primeira Onda Feminista. Entretanto, é necessário salientar a maior relevância deste segundo momento no próprio campo da reflexão teórica enquanto um período que congrega mulheres pensando as especificidades da condição feminina nas diversas partes do globo.

Há de se levar em conta ainda que este fenômeno – o Feminismo – é controverso. A forma com que o próprio termo é empregado e a história é contada nos fazem crer que houve uma espécie de conscientização universal, uniforme em tempo e espaço. A própria história do início do movimento feminista a que me reporto sofre um recorte espacial – a França da década de 60 – e diz respeito a um perfil muito particular de reivindicação de direitos – o de mulheres brancas e de classe média. A escolha desse viés como ponto de partida para o meu estudo se dá predominantemente pela relativa quantidade de material que documentava aquela dada conjuntura.

A outra reflexão que proponho ser feita aqui é exatamente pensar outras possibilidades de resistência feminina que porventura tenham ocorrido, mas que devido a fatores sociais e políticos tenham sido suprimidos, e que nos levem a ter que nos reportar quase como via de regra ao pioneirismo do feminismo europeu. Dessa forma, portanto, pontuo minha ponderação em relação ao próprio material bibliográfico que utilizei, ao situá-lo temporal e espacialmente ou de acordo com qualquer recorte que o seja inerente.

O Segundo Sexo (1980) de Simone de Beauvoir aparece no cenário da segunda onda feminista, no contexto europeu, como um manifesto dos direitos das mulheres, ou mais ainda, de incisivo questionamento da situação das mulheres naquele período. A obra é dividida em dois volumes. No primeiro, *A experiência vivida*, a escrita é realizada numa espécie de narrativa da história das mulheres, das microrrelações diárias, no próprio sentido de descoberta do corpo e das subjetividades. Beauvoir traça um paralelo desde a infância entre como se dá o crescimento de homens e mulheres e como as regras de gênero se definem muito precisamente por meio dos códigos sociais. Em *Fatos e mitos* também há uma espécie de retomada histórica, só que bem mais no sentido de confrontar as concepções acerca do *Outro* feminino, como também relatos de situações cotidianas em outras sociedades. Além disso, o debate científico com teóricas/os que trabalharam de alguma forma questões como a natureza dos gêneros e relações de poder baseada nas diferenças de gênero é mais presente nesse volume.

O mote da tese de Beauvoir consiste na não-relação entre sexo biológico e gênero. Ou seja, segundo a autora não há nenhum fator que pressuponha a relação dos papéis sociais com a genitália.

> NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino.

> Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro* (BEAUVOIR, 1970, p. 9 – grifo da autora).

A autora problematiza a tese de um possível evento que tenha dado início à subjugação feminina ao poder do *Macho,* refutando-o: "O MUNDO sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões que nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente" (ibidem, p. 81 – grifo da autora). Uma das principais justificativas que Beauvoir coloca para o subjugo feminino é a falta de controle da mulher de sua própria reprodução, que em outras palavras seria o não domínio do próprio corpo. Ainda segundo Beauvoir, naquelas condições a maternidade era unicamente conciliável com o trabalho doméstico, o que resultou de um encerramento da mulher na repetição e na imanência, mas, além disso, da própria perpetuação dessa condição ao longo da história. Entretanto, quando Beauvoir cita o surgimento dos métodos contraceptivos e inseminação artificial e propõe a "conquista total de sua pessoa [a mulher]" (idem) há um ponto que ela não considerou e que outras autoras posteriormente problematizaram: a capacidade da dominação masculina de se reinventar e criar novos mecanismos de poder.

É a contragosto que utilizo *gênero* como sinônimo de *estudo das mulheres*. Na verdade, sinonimizar ambos os termos é algo problemático, pois pode soar como uma forma de desprestígio das mulheres ao suprimir, sob o emblema de um termo genérico, a própria visibilidade que o emprego da palavra *mulheres* acarretaria. Assim, a partir de Joan Scott (1995) e sua análise de *gênero* por meio da história, utilizo as possibilidades oferecidas pela autora para a interpretação desta categoria.

Há dois aspectos fundamentais para refletir sobre a substituição (ou redução) terminológica. A primeira é a de que

> 'Gênero' parece se ajustar à terminologia cientifica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. Nessa utilização, o termo 'gênero' não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo 'história das mulheres' proclama sua posição politica ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos validos, o termo 'gênero' inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir forte ameaça (SCOTT, 1995, p. 75).

A crítica de Scott, da substituição de um termo por outro com a finalidade da imparcialidade para a utilização acadêmica, tem seus efeitos negativos no próprio silenciamento realizado através da supressão do termo, numa espécie de emprego do

vocabulário como ferramenta de manutenção da subjugação feminina. O segundo aspecto levantado pela teórica seria o de que

> "O termo 'gênero', além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino" (SCOTT, 1995, p. 75).

Nesse trecho Scott revela mais um sentido negativo ao qual o termo *gênero* é associado, que é exatamente essa indissociação de uma abordagem que contemple também a perspectiva masculina. Ou seja, ela denuncia que através do emprego do termo há a difusão da ideia de que o estudo da história das mulheres estaria inevitavelmente atrelado, ou melhor, subordinado, ao estudo dos homens.

Dessa forma, neste trabalho eu procuro orientar minha concepção do conceito de gênero sob a lógica de um *estudo das mulheres*, partindo do entendimento de *gênero* não como categoria de substituição terminológica, mas como categoria analítica que carrega em si um debate de tal complexidade.

1.1.2 Feminismo e capitalismo

As denúncias levantadas pelas feministas da segunda onda, para além de terem questionado a atribuição dos papeis sociais, fizeram intersecções de caráter relevante, mesmo que a especialidade das interseccionalidades tenha sido a marca da onda feminista posterior. Nesse sentido eu gostaria de situar as mudanças observadas nas relações de gênero por duas teóricas feministas, dadas a partir do surgimento do capitalismo.

Gayle Rubin (1993), em uma crítica a Karl Marx, diz que "a análise do capitalismo deixa de esclarecer muita coisa sobre as mulheres e sua opressão" (p. 4). A inquietação dela consiste exatamente na generalização que Marx faz ao submeter todos e todas indiscriminadamente ao capitalismo, como sendo peças indiferenciadas a serviço da produção do capital. Nesse sentido, ela situa historicamente a existência de um sexismo anterior à instalação do modo de produção capitalista e argumenta que o "capitalismo apenas se apropriou e reciclou noções de masculino e feminino que o antecedem por séculos" (idem).

Rubin atenta detalhadamente para o que Marx chama de "elemento histórico e moral" do capitalismo. Esse seria, em síntese, o componente que salvaguardaria o valor

da força do trabalhador. Tal componente seria a própria manutenção das antigas regras de opressão feminina, já instituídas antes do capitalismo.

> É, precisamente, esse "elemento histórico e moral" que determina que uma "esposa" encontre-se entre as necessidades de um trabalhador, que destina as mulheres e não os homens a realizar as tarefas domésticas e define o capitalismo como herdeiro de uma longa tradição na qual as mulheres não herdam, não lideram e não falam com deus. É esse "elemento histórico e moral" que dotou o capitalismo de uma herança cultural de formas de masculinidade e feminilidade. Nesse "elemento histórico e moral" está resumido o inteiro domínio do sexo, da sexualidade e da opressão sexual (RUBIN, 1993, p. 5).

A conservação destes antigos costumes, ao que parece, além de salvaguardar a própria força do trabalhador, que nestes termos é pensado como sendo o próprio homem, o alienaria como força de trabalho mediante a continuidade dos papéis sexuais anteriormente instituídos.

O debate que Luce Irigaray (1985) faz a respeito da mulher na conjuntura da economia é muito similar ao de Rubin. Entretanto, enquanto Rubin fala em *capitalismo*, Irigaray utiliza o termo *mercado*.

Irigaray aponta que "a sociedade em que vivemos é baseada no intercâmbio de mulheres. (...) A ordem social é garantida pelo fato de que homens, ou grupo de homens, fazem as mulheres circular entre si..." (idem, p. 84 – tradução minha). A autora compara as mulheres a *commodities*, que numa tradução livre significariam *mercadorias*[2].

A mesma autora indaga ainda porque os homens não são igualmente intercambiados. Ela própria responde "os corpos das mulheres – através do seu uso, consumo, circulação – tornam possíveis à condição da vida social e da cultura, embora permaneçam como uma "infraestrutura" desconhecida da elaboração dessa vida social e da cultura" (idem).

Utilizar termos de mercado como *commodities* em analogia com a condição feminina parece funciona como um mecanismo radical, porém bastante eficaz, para pensar o gênero permeado pelo capitalismo ou mercado.

Irigaray conclui afirmando que "todos os sistemas de troca que organizam sociedades patriarcais e todas as modalidades de trabalho produtivo que são reconhecidos,

[2] A característica principal destes produtos consiste na sua produção em grandes quantidades e no fato de poderem ser estocados por longos períodos sem perda de qualidade.

valorizados e remunerados nessas sociedades são ‘assuntos de homem’” (ibidem, p. 171 – tradução minha).

No âmbito desta discussão de viés capitalista, Martin (2006) situa a intensificação das separações espaciais de gênero no surgimento do acúmulo do capital, “mais especificamente (...) [a] separação entre o mundo do trabalho e o mundo da vida familiar, entre a esfera pública, fora de casa, e a esfera privada, dentro de casa” (p. 52). Este processo, ainda segundo a autora, teria produzido um pensamento segundo o qual as mulheres estariam mais bem relacionadas com as funções “naturais” e o homem ligado ao domínio da produção da “cultura” (idem) numa lógica de subalternização do feminino ao masculino e naturalização da dominação dos homens sobre o espaço.

Costa (1994) situa, no panorama brasileiro, o surgimento de estudos da mulher por volta da década de 1970, em consonância com grandes mudanças na estrutura política e social do país.

A conjuntura de rápidas mudanças foi propícia para o questionamento das estruturas que se estabeleciam baseadas em gênero. Segundo Costa (idem), a década de 70, principalmente seus últimos anos, foi marcada por uma forte mobilização de mulheres “de diferentes segmentos sociais, atuando em vários tipos de organização que, de diferentes maneiras, visavam contribuir para modificara sistema de acesso a recursos e as relações de poder entre os sexos”.

A relevância da discussão de capitalismo para esta pesquisa é exatamente problematizar qual o papel deste fenômeno, atravessado nas relações de poder que envolvem o gênero, na dinâmica feminina atual. Refletir, sobretudo, no contexto da pesquisa, o impacto do capitalismo na relação de habitantes Redenção com o espaço urbano, por vezes atravessado pelo campo (Rolnik, 2004, p. 12).

1.1.3 Feminismo Negro

O feminismo da segunda onda também foi um momento marcado pelo aparecimento de reivindicações, por parte de mulheres negras, de um movimento que as representasse. As pautas do movimento feminista naquela conjuntura não as representavam.

Segundo Angela Davis (s/d) a exclusão das mulheres negras e de suas reivindicações do movimento feminista encontra sua origem no próprio sufragismo. A autora relembra a reunião que houve para debater os direitos das mulheres após o fim da Guerra Civil em Nova Iorque. A proposta das delegadas da convenção era a de incorporar

a luta do povo negro e das mulheres numa única campanha. “No entanto a influência do racismo na convenção foi certeira” (idem, p. 56).

> Nos oito milhões de mulheres na força de trabalho durante a primeira década do século XX, mais de dois milhões eram negras. Como mulheres que sofreram a combinação da incapacidade do sexo, classe e raça, elas possuíam um poderoso argumento para o direito ao voto. Mas o racismo correu tão profundamente dentro do movimento do sufrágio feminino que as portas nunca se abriram realmente para as mulheres negras (DAVIS, s/d, p. 106).

Nos relatos que a autora traz há uma espécie de discriminação enfrentada duplamente pelas mulheres negras. Ao mesmo tempo em que falta o apoio das mulheres brancas na sua luta por igualdade, mais uma vez são discriminadas quando reunidas sob a definição de “povo negro”, que ganha um caráter de defesa muito mais voltado ao homem negro.

Davis também considera o fato da escravidão ter provocado duras perdas para as mulheres negras, dentre elas, a quase obrigatoriedade do desempenho de serviços fora do lar (particularmente o trabalho doméstico em casas de brancos) e, como resultado disso, exposição a situações constrangedoras de assédio sexual, causadas pelos patrões.

Audre Lorde (1984) ao se colocar enquanto feminista, mulher negra e lésbica, fala de maneira sintetizada, porém muito consistente, das diferentes trajetórias de vida de mulheres brancas e negras e de como a experiência da mulher negra americana sempre se encontra na posição mais baixa da hierarquia social. A autora denuncia como as “mulheres brancas ignoram seu privilégio intrínseco de brancura e definem *mulher* em termos de experiência pessoal e individual” (idem, p. 117 – tradução minha).

No mesmo parágrafo há uma ideia bastante interessante na análise da autora, que é o fato de a experiência e tradição da mulher negra a tornarem a “outra”, na interação com a mulher branca – O/a “outro/a” que é vista como *outsider*. Se retomarmos Beauvoir, veremos que ela utiliza o termo “Outro” para referir-se a condição da mulher (e nesse sentido mantenho o termo *mulher* no singular por se tratar da experiência de um tipo muito particular de mulher) no mundo dos homens. A reapropriação que Lorde faz do termo é importante para percebermos a transitividade das reivindicações de grupos e indivíduas/os.

Lorde (1984) fala ainda de uma *mythical norm* (*norma mítica* em tradução livre), que seria uma espécie de padrão de perfeição que habita as “fronteiras da consciência”, dentro da qual poucos/as se classificariam. Segundo ela essa *norma*, nos EUA, é

“geralmente definida como branca, magra, masculina, jovem, heterossexual, cristã e financeiramente segura” (p. 116).

Eu afirmaria mais ainda: no estágio da sociedade em que vivemos, de culturas e valores imensamente globalizados, uniformizados pela máquina capitalista, essa norma da qual a autora fala pode ser vista como ideal em praticamente todo o Ocidente. Mesmo em sociedades que nunca tiveram ideais nem próximos a esta norma, após a instalação da globalização pela máquina capitalista, esta passa a ser a idealização de indivídua/o. É nesse sentido que acredito ser de aplicação atual e universal a análise de Audre Lorde.

Lélia Gonzalez, feminista negra brasileira também daquele período, faz uma fala similar a de Davis no sentido de pontuar os prejuízos da escravidão para a população negra em geral, porém ela enfatiza que tais desdobramentos foram muito mais nocivos para a população feminina e negra.

Gonzalez (1984) trabalha com as noções de *mulata*, *doméstica* e *mãe preta*. Ela busca “apontar pro lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição/integração do seu papel”. O ponto em comum que ela estabelece entre as três noções é de como seus papeis foram importantes para a constituição da nação que ela chama de “Améfrica Ladina” (p. 236) e como o trabalho integrado destas noções de mulher negra contribuíram para a africanização do Brasil. O trabalho também é sensível no sentido de perceber como a nação brasileira, mesmo solidificada em bases pretas, nega constantemente suas origens.

Um fato que não passa despercebido da crítica da teórica é o caráter subversivo do carnaval, que durante um curto período de tempo faz parecer real a crença da valorização do patrimônio cultural negro e a própria pessoa negra, como é o caso das passistas negras oriundas das favelas. Gonzalez caracteriza isto como o exercício da violência simbólica do mito da democracia racial sobre a mulher negra (ibidem, p. 228).

Para esta pesquisa a abordagem do feminismo negro é relevante, pois dialoga com episódios presenciados por mim em campo que, além de envolverem diferenças de gênero, tinham um peso proeminente da categoria de cor. Na narrativa etnográfica, em capítulos posteriores, eu narro situações que, mesmo pouco proeminentes neste trabalho, abordam a dupla diferença de tratamento de sujeitas mulheres e negras quando comparadas a suas semelhantes de pele mais clara.

1.1.4 Terceira Onda Feminista

A contribuição dos estudos de Irigaray e Beauvoir para a reflexão da mulher e dos estudos de gênero foi notável. O problema na tese de ambas era que, mesmo que as duas estivessem munidas do ideal básico que considera gênero como uma construção social, ainda utilizavam certos princípios biológicos para denunciar a opressão feminina e demandar a igualdade de direitos para as mulheres.

Beauvoir (1980) em *A experiência vivida*, no capítulo que trata sobre as mulheres lésbicas diz que

> Sob a influência de hormônios masculinos, as mulheres "virilóides" apresentam caracteres sexuais secundários masculinos; nas mulheres infantis os hormônios femininos são deficientes e seu desenvolvimento permanece inacabado. Essas particularidades podem motivar mais ou menos diretamente uma vocação lésbica. (BEAUVOIR, 1980, p. 145).

Pelo trecho ficam nítidas que, para Beauvoir, as percepções acerca da homossexualidade feminina têm causas biológicas, ou são em certo sentido definidas biologicamente.

Irigaray (1985), por sua vez, se prende a termos bastante biológicos como o órgão sexual ao questionar a falácia do desejo sexual feminino obtido exclusivamente através da genitália.

> “Então a mulher não tem um órgão sexual? Ela tem pelo menos dois deles, mas que não são identificados como tais. (...) Na verdade, o prazer da mulher não precisa ser direcionado unicamente para a atividade clitoriana e passividade vaginal, por exemplo. O prazer proporcionado pelo estímulo vaginal não precisa ser substituído pelo estímulo clitoriano. Ambos contribuem para o prazer da mulher como um todo”. (IRIGARAY, 1985, p. 28 – tradução minha).

O que a autora faz na verdade é restringir a experiência do que é ser mulher às indivíduas que possuem biologicamente uma vagina. Na busca por defender um princípio, o da multiplicidade de órgãos pelos quais o prazer feminino se manifesta, ela acaba desconsiderando outro, o da construção social de gênero.

Com o surgimento do novo feminismo, declarado 3ª Onda feminista, a partir da segunda metade da década de 1980, tais concepções de ambas as estudiosas passaram a figurar como questões controversas acerca da natureza da mulher e da relação de identidade estabelecida entre ela e seu corpo, e a gerar questionamentos dentro do movimento feminista.

Nesse sentido, uma das críticas mais ferrenhas dos movimentos feministas, que também é feminista, é Judith Butler. É impossível falar de feminismo contemporâneo sem tocar no seu nome. Butler (2011) diz que

> (...) não podemos tomar gênero, ou os significados de gênero, como algo dado, pois gênero é precisamente o que é produzido e organizado ao longo do tempo, diferentemente e diferencialmente, e essa produção contínua e modo de diferenciação tem que ser entendidos como parte da própria operação do poder (BUTLER, 2011, p. 3 – tradução minha).

A autora sublinha a necessidade de situar a análise de gênero em contextos muito específicos de tempo e espaço e propõe a própria reflexão da categoria de gênero enquanto aparato de reprodução do poder. Este poder seria refletido de alguma maneira sob a configuração de *gender regulations* na prática cotidiana, através das "instâncias empíricas legais" como leis concretas, regras e políticas, mas não só, pois como diz Butler "as normas que governam esses regulamentos ultrapassam as próprias instâncias nas quais elas são incorporadas" (2004, p. 40 – tradução minha).

Rebecca Walker (1992) fala, na reflexão que promove acerca do fenômeno da 3ª onda, da necessidade de uma postura bem mais política por parte das feministas contemporâneas em relação às feministas das ondas anteriores, no sentido da apropriação de informação produzida a respeito de mulheres como uma forma de desafiar as estruturas de poder (p. 41). Walker é negra e também faz um debate mais relacionado aos aspectos raciais, no que tange especificamente à supressão da demanda por igualdade por parte das mulheres negras dentro do movimento negro. Na Terceira Onda, essa denúncia aparece com força redobrada. Segundo ela, os homens negros falam tanto de raça que o tema parece dizer respeito somente a eles (ibidem, p. 40).

Amber Kinser (2004), ao analisar a historicidade do movimento feminista, estabelece a utilização do termo "Terceira Onda" como "(...) referência para um corpo político de uma era comum cujas constituintes praticam uma multiplicidade de ideologias feministas e praxes" (ibidem, p. 133 – tradução minha). Ela atenta para o fato da consciência política ser um adendo na luta feminista nesta Onda atual e como o desenvolvimento de um vocabulário para o debate de sexismo, direitos reprodutivos, autonomia sexual e tratamento igualitário já tem acompanhado as mulheres desde cedo. Nesse sentido, o feminismo da Terceira Onda aparece como um reforço (mas não só) dos ideais esboçados na Segunda, principalmente no que toca a luta em conjuntos de mulheres

em favor das reivindicações dos grupos minoritários (entendidos como menos privilegiados socialmente).

Esta onda feminista surge, portanto, com a urgência de abarcar as novas formas de feminilidade, desconstruindo velhos paradigmas que fixaram restrições sobre o que era ser mulher anteriormente. Nesse sentido, uma tendência marcante inaugurada após o a consolidação desta onda é exatamente a referência permanente às mulheres, na forma pluralizada do termo, e não à mulher, na tentativa de atendimento das novas demandas.

1.2 Espaço social: fundamentos conceituais

A quantidade de artigos científicos lidos ao longo da produção deste trabalho e outras produções acadêmicas sobre o espaço me revelaram algo em comum: a existência de um baixo número de mulheres no debate sobre o tema do espaço. Isto me fez relembrar uma matéria lida no começo deste ano sobre a parca proeminência de mulheres em certas áreas do conhecimento científico. Um estudo americano, realizado pela filósofa Sara-Jane Leslie (2015), constatava que a existência "de crenças em um talento imanente para o desempenho das habilidades em campos específicos" (p. 263) do conhecimento científico criava nas mulheres pensamentos acerca de sua suposta incapacidade de atuar em tais campos. Um gráfico com o percentual americano de mulheres com Ph.D. foi obtido como resultado da pesquisa e nele, áreas como Física, Matemática, Computação, Engenharia e Filosofia encontravam-se entre os níveis mais baixos de atuação feminina.

O que eu quero com essa reflexão é problematizar o debate sobre a baixa proeminência de autoras femininas na temática de estudos do espaço. É importante refletir sobre como a pouca presença de uma perspectiva feminina de análise pode produzir concepções diferentes sobre o espaço, considerando a própria diferença de gênero como um fator de constituição de trajetórias e reflexões diferentes.

A Geografia nomeia o ambiente no qual se estabelecem as relações entre o homem e o meio de espaço geográfico. Entretanto, esse *meio* aparece como um termo vago. Que meio? A natureza, a sociedade?

A preocupação em incluir a abordagem das relações sociais entre os seres humanos sobre o espaço aparece através da Geografia Humana. Na evolução histórica dos estudos de espaço geográfico, os conceitos desenvolvidos estavam muito mais relacionados com o caráter físico do espaço, no sentido de pensá-lo principalmente como meio da existência dos seres humanos ou do desenvolvimento da natureza.

Sorre (*apud* Kuhn, s/d) concebe a Geografia Humana como a "descrição do ecúmeno" ou "a descrição científica das paisagens humanas e sua distribuição pelo Globo". É a disciplina dos "espaços terrestres" (p.3). Segundo ele, a geografia humana deveria se preocupar em estudar os grupos humanos vivos, sua organização espacial, seu movimento, suas técnicas, as relações do homem com o meio e a formação dos gêneros de vida.

O trabalho do filósofo Henri Lefebvre (2006) é decisivo quando, em meio a definições que forneciam visões simplistas e cartesianas do espaço geográfico, o teórico desmembra o conceito desse único espaço em três recortes ou formas diferentes de visualizar o mesmo espaço, que em síntese é geográfico. Lefebvre evidencia o pouco critério utilizado ao se falar das diferentes formas de espaço, que ele define em: espaço mental, físico e social. O incomodam as abordagens separatistas e ele então propõe pensar uma "teoria unitária" do espaço.

Em relação a este espaço social, que parece ser de fato ao qual o teórico vai ser deter mais, ele ressalta o poder de maleabilidade do espaço, da apropriação de suas características e dinâmicas pelo Estado como ferramentas de controle político, dos possíveis usos desse espaço que acabam por culminar nesse controle (idem, p.28).

Na leitura da análise espacial de Lefebvre somos continuamente deslocados do conceito de espaço enquanto unidade física, palpável (no sentido mais literal da palavra). Passamos então a observar o espaço como uma espécie de palco, no qual as tramas de um período muito particular da sociedade se entrecruzam. Ou seja, o espaço dado funciona como o próprio recorte de um período (ibidem, p. 34).

A teoria de espaço de Lefebvre, para além de suas inovações temporais, pode inclusive ser pensada, em algum sentido, como método de ilustração de trabalho do antropólogo. O conceito de "representação do espaço" enquanto o "espaço *concebido*" é a integração entre o vivido e o percebido, tarefa sintetizadora do/a antropóloga/o. Ela/e, por meio das percepções levantadas a partir do convívio com outras pessoas, na busca de compreender o significado de determinado fenômeno para elas, realizaria uma espécie de tradução, para "um sistema de signos verbais", das impressões que os/as indivíduos/as, inseridas/os nos "espaços de representação" levantam acerca do espaço social (ibidem, p.40). "Espaços de representação" corresponderiam ao "espaço *vivido*", terreno das explicações empíricas.

Lefebvre, assim como algumas feministas citadas anteriormente, incorpora à sua discussão ideais marxistas. O autor divide as relações que acontecem no espaço social em

relações sociais de reprodução (nível micro, familiar, no sentido da própria reprodução humana) e *relações de produção* (divisão do trabalho) e de como ambas se complementam para a manutenção do capitalismo. A perspectiva ressalta a vivacidade dessas relações que se projetam nas lutas e embates presentes na esfera social.

Bertha Becker (2009), nitidamente influenciada pela abordagem foucaultiana sobre estruturas de poder, incorpora a análise dessa perspectiva ao seu estudo de espaço. Ela trata a geopolítica como "política do território, [que] envolve relações de poder com o espaço geográfico" (p. 34).

Assim como Foucault percebe a rede difusa através da qual o poder se dissemina, Becker reconhece a existência de um poder que se manifesta no espaço das microrrelações, constituindo-se nas relações sociais, e de relações espaço-poder no patamar da gerência do território.

Este texto da autora que selecionei para embasar-me é uma análise desta espécie de geopolítica das relações espaço-poder. Porém, acredito que seja útil para pensar as microrrelações, viés desta pesquisa, não num nível conceitual, mas pela definição diferenciada que Becker introduz a respeito do *espaço vivido*. Becker concebe este *espaço vivido* enquanto *território*, e *território* enquanto "espaço da prática".

Neste sentido, a definição de "espaço social" de Lefebvre e de "território" de Becker tem a mesma raiz, mas há um *quê* a mais na concepção de Becker deste espaço específico. Quando ela fala de território, está considerando a categoria relações de poder como pressuposto básico da composição dos espaços, ou o que faz um espaço ser território. Quando Becker diz que o território "inclui a apropriação de um espaço, implica a noção de um limite" (idem), ela conceitua o território enquanto a modificação humana do espaço. Enquanto Lefebvre acredita que os espaços mental, físico e social se dispõem de formas iguais, Becker acredita que só o fato da operação humana sobre um espaço, territorializando-o, modifica totalmente a disposição espacial.

Debater esta diferença fundamental entre espaço e território, intrínseca ao conceito de Becker, não é o interesse desta discussão. Ao invés de tentar buscar alternativas que ponham Becker e Lefebvre em polos opostos, penso que seja muito mais eficaz pensar formas de complementá-los para um melhor aproveitamento de seus conceitos neste trabalho. Proponho então pensar o espaço social, ou o território em termos de 1) recorte específico do conceito de espaço (Saussure *apud* Silva, 1998) e 2) como a conjuntura da produção, tanto do próprio meio de convivência entre os humanos, como das relações sociais que se estabelecem nele, mediado por relações de poder.

Forneço ainda mais uma forma de pensar o território, com a qual trabalharei de forma mais intensa neste trabalho, que é a definição de *pedaço* proposta por Magnani (1984). Segundo o autor, a construção do pedaço é coletiva e compartilhada, ou seja, o espaço só ganha a conotação de pedaço na medida em que a um processo de identificação de um grupo de pessoas com aquele determinado lugar. "Quando o espaço – ou um segmento dele – assim demarcado torna-se ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações, recebia o nome de 'pedaço'" (Magnani, 2002). Entretanto, a característica mais relevante de pedaço para este trabalho é sua manifestação em dupla ordem "espacial, física" e "social".

Dessa forma, por meio deste trabalho e de acordo com os resultados do diário de campo, eu proponho uma sociabilidade que ultrapassa os limites do espaço físico e que ganha outras dimensões de acordo com os significados atribuídos pelas pessoas que o compõem.

1.3 Os estudos integrados de gênero e espaço à luz da geografia feminista

A intersecção nos estudos relacionados a gênero e espaço foi realizada a partir de 1970 com o surgimento da Geografia Feminista, no período que é normalmente chamado de 2ª Onda, dentro do feminismo. Isto não quer dizer, entretanto, que a Antropologia esteja isolada das questões feministas (Tiffany, 1984, p.2), apenas significa que o material produzido pela Geografia realiza as intersecções disciplinares adequadas à nossa pesquisa.

Desde o início deste trabalho exemplifico nitidamente como a introdução do modo de produção capitalista tem sido importante para pensar tanto gênero quanto espaço. A alteração do antigo regimento das relações existentes entre mulheres e homens mostrou-se como terreno propício para a investigação, de teóricas e teóricos, das relações entre os sexos e suas implicações espaciais. Segundo McDowell e Massey (1984)

> A antiga forma patriarcal de produção doméstica se dissipou, a estabilidade das relações entre os sexos foi posta à prova. (...). Extremamente esquemático, o capitalismo apresentou um patriarcado com diferentes desafios em diferentes partes do país [Inglaterra]. A questão era de que formas os termos da dominação masculina seriam reformulados dentro destas condições modificadas (McDOWELL; MASSEY, 1984, p. 197).

Apesar das autoras reportarem-se ao contexto da Grã-Bretanha, pelo trabalho ser de natureza etnográfica, a concepção de diferentes desdobramentos causados pelo

capitalismo nas relações de gênero-espaço na Grã-Bretanha pode ser estendida para a análise de outras regiões ou países. Se as relações se desenvolvem de forma diferente no contexto do próprio país, mais distinta ainda serão relações no contexto de outros países.

Nesse sentido uma das primeiras observações pontuadas pelas feministas dentro da geografia foi o caráter de variação do gênero mediante o espaço. Segundo Massey (1994) "a geografia, nos seus múltiplos aspectos, influencia o desenvolvimento cultural de formas particulares de gênero e suas relações" (p. 177 – tradução minha), referindo-se a essa geografia como o espaço geográfico em si.

Por outro lado, ela também acredita que o gênero influencia profundamente na produção do geográfico. Nesse sentido, é necessária a introdução de estudos com base em uma geografia *generificada* e a consideração de "gênero de forma séria produz uma análise diferente" (ibidem, p. 181 – tradução minha).

Massey também diz que

> (...) as variações geográficas na construção de relações de gênero também apontam, em um sentido relativamente menor, para o fato de diferenças entre mulheres (e também entre homens), não só na sua construção de pessoas generificadas, mas também na forma em que elas se relacionam com conflitos políticos particulares, incluindo esses acerca do próprio gênero (MASSEY, 1994, p. 178 – tradução minha).

A autora explica que há uma diferença na forma com que homens e mulheres lidam com determinadas situações, mas sem tentar justificar que isto esteja relacionado às diferenças biológicas. A raiz dessa diferença de concepções residiria na própria forma com que mulheres e homens são socialmente "construídos".

Bondi (1999), em um estudo sobre classe, gênero e gentrificação, diz que o aspecto geográfico de porções espaciais e o perfil de homens e mulheres que as ocupam é essencial para o direcionamento do curso de vida dessas pessoas. Ela trabalha com partes específicas de Edinburgh, no Reino Unido, com configurações bastante distintas entre si e constata que as particularidades dessas partes, como economia, transporte, educação, são essenciais para definir o perfil de gênero e/ou classe das pessoas que as ocupam. Para os processos de gentrificação analisados, ela conclui a importância de mulheres financeiramente independentes e sem filhos.

No caso da Geografia brasileira, o tema de gênero foi incorporado no final dos anos 1980 e ainda são poucos os estudos que realizam a análise nesta área. O crescimento desse debate tem acontecido eminentemente nos EUA e Europa, sendo a produção

brasileira nesse aspecto ainda deficiente (Silva, 2000; Ornat 2008). Esta carência de material em português se revelou nítida na nossa busca por material bibliográfico.

Susana Silva (2000) acredita no poder da "categoria de gênero como mais um instrumento de análise do social que, consequentemente, produz diferentes espaços geográficos" (p. 5). Por outro lado, também acha que, para um avanço dos estudos de gênero em geografia no Brasil, é necessária tanto uma abordagem complementar quanto disjuntiva do tema para ganho de visibilidade.

Joseli Silva (2007) acredita que há diferenças de "acesso físico entre mulheres e homens a determinados espaços, como a construção de barreiras invisíveis criadas pelo olhar e força daqueles que impõem sua ordem e alcançam legitimidade" (p. 120).

O que a autora chama de obstrução de acesso físico e barreiras invisíveis que se impõem na forma de acesso aos espaços, eu os denomino como fronteiras físico-espaciais e simbólicas respectivamente. Acredito que ambos os aspectos têm o mesmo valor na forma com que é construída essa separação. O fato de um deles ter a característica de "invisível" não diminui o peso da interdição espacial refletida nas relações de gênero. Atente-se ainda para o fato de que essas relações, "como todas as relações sociais, são relações de poder e colocam em jogo valores sociais, posições de prestígio e recursos materiais" (Alves, 2009, p. 13).

Os estudos da Geografia, dessa forma, aliados às relações de gênero funcionam como complementos aos enfoques tradicionais que buscam a desconstrução do *androcentrismo* que permeia a ciência até hoje.

2 OS ESPAÇOS DE REDENÇÃO COMO CENÁRIO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

2.1 A política dos territórios e a territorialidade de Redenção

Durante o período que estive em campo, procurei analisar a conjuntura espacial de Redenção, tendo como finalidade primeiramente a identificação de territórios e seus desdobramentos, antes de enveredar por qualquer aproximação com os ocupantes ou transeuntes daqueles espaços. Sempre tentando me colocar no duplo papel de consumidor do espaço e etnógrafo participante, meu lado etnógrafo enveredou pelo caminho da identificação de barreiras, permissibilidades e outras particularidades do espaço que estavam dadas para o meu eu enquanto consumidor. Ou seja, uma parte de mim vivia estes espaços, tentando usufruir o máximo possível deles. A outra parte de mim tentava traduzir códigos que indicavam fluidez da minha presença em um ou outro lugar. Este

exercício incialmente não foi pensado propositalmente, mas à medida que informações eram descobertas e discutidas no meu diário de campo, pude gradualmente estabelecer a existência dessa fragmentação.

Iniciei este processo fazendo um reconhecimento das outras áreas do município, pelas quais eu já não caminhava há algum tempo, até por conta da minha casa se localizar na parte que compreende a zona com uma grande predominância de lojas e serviços. Dessa forma eu não tinha muitos motivos para frequentar essas outras áreas, salvo no caso de visitas a colegas.

À medida que eu entrava por cada rua eu percebia olhares curiosos de moradores/as que amolavam facas, estendiam roupas nos varais ou simplesmente conversavam nas calçadas. A curiosidade, como se sabe, é a busca pela descoberta do desconhecido. Neste caso o desconhecido era eu, o não antes visto. Não havia praticamente nenhum ponto comercial ou de serviços. Sentia-me como se de alguma forma eu estivesse transpondo um espaço que não me dizia respeito, um espaço no qual as varandas e áreas de serviço na frente das casas demonstravam extensões da vida íntima que se desenrolava no seu interior, e isto era algo com o que eu não estava habituado na parte onde eu morava. Era como se de alguma forma, aquela parte da cidade em que eles viviam fosse partilhada coletivamente e atividades dessa natureza eram desempenhadas normalmente entre os conhecidos, e minha interferência naquele momento desestabilizasse a ordem formada.

As reações que presenciei durante as andanças nestas partes mais afastadas do centro denunciavam por si uma configuração particular de convivência entre os moradores daqueles locais: uma comunhão de valores – fossem eles adquiridos ao longo do tempo, através do contato permanente, fosse através de redes de interesse em comum, como por exemplo, a religião. Por outro lado, a denúncia também surgia a partir da própria consideração de todos os fatores observados na constituição destas partes enquanto espaço com configurações diferentes do espaço o qual eu era original no município.

Dessa forma, eu defini este espaço como **residencial**, não apenas pela ausência de pontos de comércio ou oferta de serviços, mas também pela presença da extensa rede de relacionamentos e imprecisão nas definições de parte pública e privada nas casas, demonstrado através das atividades desempenhadas na rua.

A apreensão deste espaço com características particulares me fez refletir, em contrapartida, sobre a existência de outros espaços dentro do município com

características muito singulares em relação uns aos outros. A partir daí eu decidi enveredar na análise etnográfica de outros espaços.

Dessa vez eu considerei o processo um pouco mais complicado. Não se tratava de analisar um espaço desconhecido, mas a própria região no entorno da minha casa. Considerava este exercício mais difícil do que o realizado anteriormente na pesquisa de campo, pois não se tratava de desenvolver um pensamento e posteriormente fazer a leitura de um espaço que eu não conhecia, mas tentar desconstruir toda a concepção que eu já tinha desde o momento que passei a viver lá. A partir daí eu poderia formular uma concepção baseada no olhar antropológico, por meio do exercício crítico da percepção e da interação etnográfica.

Passei a perceber que este espaço do município tinha várias finalidades. Além de servir como região de intercâmbio comercial, onde se concentravam todas as pessoas das zonas rurais do município que vinham a procura de serviços ou de comércio, o espaço também funcionava como território de sociabilidade, já que era comum o grande fluxo de pessoas diariamente.

Neste sentido, defini este espaço como **comercial**, pois todos os pontos comerciais de prestação de serviços, bancos e supermercados se concentravam essencialmente naquele espaço.

Quando faço a distinção entre espaço comercial e espaço residencial, me refiro a existência de fronteiras geográficas, que dizem respeito à própria constituição destes espaços, diferenciando-os. As fronteiras geográficas a que me refiro são, por exemplo, a demarcação nítida de que aquele espaço tem determinada finalidade e não outra, como a presença de um botequim, por exemplo, que marca a situação de comércio.

Uma definição que deve ser tratada neste ponto é o uso do termo **espaço** e quanto a sua recorrência nesta parte do meu texto. Quando me refiro a espaço, normalmente penso na constituição de vários lugares e que são dotados de sentido para as pessoas que fazem seu usufruto. A acepção de espaço aqui é ampla.

No nosso caso, o espaço concebido como comercial no município tinha características bastante distintas em relação ao horário. Começava a funcionar a partir das 7:00 da manhã até às 7:00 da noite, sempre com grande fluxo de pessoas. Após esse período era difícil ver pessoas transitando pelos lugares deste espaço, salvo alguns estudantes. O espaço residencial, em contrapartida, além de sempre apresentar atividades tranquilas, não tinha limite rígido de “funcionamento”, de forma que as relações que se

davam ali eram em níveis preferencialmente pessoais, e as regras não poderiam ser aplicadas da mesma maneira aos dois espaços.

Situado espacialmente e amparado por categorias que me ajudaram a pensar o espaço socialmente constituído de diferenças, decidi direcionar meu olhar para as relações de poder destes espaços.

Pretendo me apropriar do conceito de **geopolítica** de Bertha Becker, pois penso que ele possibilita a liberdade de trabalhar as fronteiras físicas como também as fronteiras construídas socialmente. Isso quer dizer, portanto, que a análise do espaço geográfico entra no debate, já que social e físico são características desse espaço geográfico (Lefebvre, 2006).

Acredito que a análise das relações de poder no município de Redenção deva incluir obrigatoriamente o aspecto geográfico do espaço. Como procurei demonstrar nos parágrafos anteriores, o espaço geográfico além de ser o cenário das interações sociais também tem a função de diferenciar e separar.

Devemos pensar as relações de poder marcadas por gênero em Redenção em dois níveis: 1) em relação a uma estrutura mais ampla, que dá preferência mundialmente a experiência masculina (Albuquerque Junior, s/d) e 2) à própria localização do município, situado na região nordestina, local de predominância de uma cultura machista (Forte, 2008, p. 26). Nesses termos, o androcentrismo deve ser visto como um fenômeno que está presente nas relações ocidentais e que desenvolve variações dependendo de onde ocorre. Não é necessário um conhecimento profundo sobre material científico de gênero e espaço para visualizar estas relações de poder acontecerem na prática.

Um dos episódios que mais me marcaram durante a pesquisa participante ocorreu logo no início do trabalho de campo, no mês de setembro de 2014. O município festejava a novena da padroeira e, junto com a festa católica, acontecia ao final das missas uma quermesse. Havia barracas de comidas espalhadas pela rua, parques e banquinhas com guloseimas.

A quermesse se estendia por duas ruas perpendiculares. Barraquinhas de vendas de comidas típicas se estendiam pelas duas ruas e o fluxo de pessoas era constante. Entretanto, havia uma diferença alimentar essencial que interferia na própria disposição espacial das barracas. Enquanto as barracas da rua principal, a que comportava a maior parte das atrações dos festejo, vendia comidas variadas (arroz, creme, vatapá, frango), as barracas da rua transversal, em contrapartida, vendiam apenas bebidas alcóolicas.

A questão do comércio de alimentação foi a diferença principal que percebi a partir das visitas que empreendi a este espaço durante os dias da novena. Esta conexão foi expressa pela correspondência entre lugar-comida e lugar-bebida, que era sempre a regra para a disposição nas barracas.

Após esta constatação, pude apreender a conexão entre alimentação e espaço na composição do perfil dos frequentadores do espaço. Essa conexão proposta, entretanto, não deve ser interpretada como a diferença alimentar sendo a causa para a diferença espacial ou vice-versa, mas a inter-relação entre ambas para um único fim: o delineamento do perfil territorial.

Enquanto as barracas de venda de comida eram predominantemente procuradas por famílias de formação mais tradicional compostas de pai, mãe e filhos, além de idosas e pessoas de pele mais clara, as barracas de venda de bebida tinham como público casais sem filhos, grupos de homens, e algumas travestis. Essas pessoas eram predominantemente de pela escura. Só cheguei a esta constatação depois de frequentar a quermesse todos os dias da novena e fiquei bastante impressionado com os marcadores sociais fortemente definidos espacialmente e formando espaços segregados. Senti-me entre dois mundos diferentes onde a única separação geográfica que realmente existia era uma esquina, embora diversos códigos envolvendo a aura do espaço revelasse a impenetrabilidade das pessoas da rua transversal no território da rua principal e vice-versa.

O marcador de cor foi o mais significativo que pude apreender, embora não o único, de modo que era a característica comum entre todos os integrantes do território transversal, incluindo trabalhadores/as e frequentadores.

O fato do território ocupado pelas pessoas de pela escura ser uma rua transversal, também revelava muita coisa. Transversal nesse sentido pode ser compreendido como atravessado, lateral o oposto de principal, ou que não está no centro. Ou seja, a margem. A distribuição das pessoas de pele mais escura pelo território transversal, que em outros termos também poderia ser interpretado como marginal, denunciava um duplo processo de marginalização do próprio espaço e das pessoas negras. Nesse sentido o espaço pode operar como reprodutor de estereótipos.

Outra característica marcante da diferença dos espaços foi a oposição de cores do espaço que predominava entre um e outro, e o material de composição das barracas. Enquanto na rua principal a iluminação das barracas e as próprias barracas eram de cores mais claras, como branco e azul, nas barracas da rua transversal predominavam cores

mais escuras como o amarelo e o marrom. A própria estrutura das barracas era de uma disparidade evidente. Enquanto as centrais eram montadas com uma lona resistente e ferros, do outro lado as barracas eram montadas com pedaços de papelão e cordas grossas. Estes dados não devem ser interpretados isolados, mas dentro da própria lógica de que o espaço é e pode ser pensando como instaurador de desigualdades e estimulante das já instituídas (Massey, 1994).

Dando uma volta pela praça da Igreja ao fim da missa eu também percebi que a maioria das pessoas que saíam do lugar vestiam roupas que marcavam a situação especial de festa. As pessoas mais bem trajadas segundo um padrão de formalidade se dirigiam para as barracas da rua principal, consumindo seus alimentos ou ficando no mesmo espaço apenas conversando. Do outro lado, entretanto, eu percebia que as pessoas estavam vestidas de uma forma bem mais confortável, trajando em geral bermudas, bonés, e tomara-que-caia, por exemplo. Neste sentido, o traje também contribuía para demonstrar diferentes pertencimentos dentro daqueles espaços.

Dessa forma, o espaço era marcado pela cor em dois sentidos: 1) pela cor das pessoas, como marcador social da diferença de raça e 2) pela cor dos itens que compunham o espaço, reforçando as diferenças como forma de desigualdades.

A descrição feita logo acima pode soar como uma tentativa de homogeneização espacial sob o pretexto da cor. Entretanto, muitas diferenças dentro do mesmo território eram expressivas, principalmente a discriminação contra as travestis. Houve um momento em que me aproximei da mesa onde elas estavam sentadas e iniciei uma conversa que se estendeu por cerca de 30 minutos. Elas estavam em número de duas, acompanhadas pelo companheiro de uma delas e bebiam no escuro, entre duas barracas. Ao serem perguntadas por mim o motivo pelo qual estavam no escuro, enquanto as demais pessoas bebiam na rua, elas me disseram que preferiam aquele lugar por conta da maior reserva.

Quando me afastei procurei por uma antiga colaboradora que eu sabia que havia montado uma barraca naquele mesmo território. Percebi que quando eu estava na companhia das travestis, tanto ela quanto sua família lançavam olhares constantes em nossa direção. Ao me aproximar dela percebi um tratamento diferente do qual ela normalmente utilizava comigo, como a ausência de abraços e afagos.

Em relação ainda ao mesmo território, eu conseguia distinguir a diferença no tratamento de mulheres brancas e negras. As primeiras sempre estavam amparadas por companhias masculinas que faziam o papel de seus protetores, colocando constantemente

o braço em volta de seus ombros e as acariciando. Em contrapartida eu cheguei a ver duas mulheres negras que bebiam sozinhas nas mesas, sem qualquer companhia.

Dado estes relatos, penso que os marcadores sociais que unem pessoas sob certas condições de discriminação social não as põem todas no mesmo patamar enquanto oprimidas. A opressão de gênero, por exemplo, não se manifesta igualmente quando se trata de mulheres brancas e mulheres negras (Davis, 2014; Lorde, 1984). O tratamento desigual pode ser reproduzido entre camadas oprimidas que compartilhem de um marcador social em comum.

"O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidade, movimentos, desejos, forças" (Foucault, 1984, p 155). Neste sentido, a coerção social age com mais vigor à medida que uma pessoa carrega mais marcadores sociais e estes marcadores são apropriados com fins discriminatórios.

2.2 O fenômeno da "generificação" do espaço

Generificar diz respeito a interpretar algo como dotado de um gênero. O termo generificação é muito recente na língua portuguesa (Martins, 2015) e sua tradução é derivada de *genderism*, em inglês. A definição diz respeito a reflexão das coisas, relações sociais e pessoas como elementos atravessados pelo gênero e da relevância desta categoria para os processos de sociabilidade.

Entretanto, há um problema que é a existência de duas categorias de divisão de gênero, a masculina e a feminina, nos levando a acreditar na existência dessas únicas categorias como marcadores da experiência das pessoas com gênero. Ou seja, ao longo da vida somos marcados por processos de construção segundo nosso sexo biológico e estes processos nos levam a acreditar que masculino e/ou feminino são as duas únicas possibilidades por meio das quais podemos nos definir e expressar. Na verdade, estes processos nada têm de naturais, visto que, como são reforçadas ao longo de toda a vida, sob as mais variadas condições, são um produto social.

A novidade aqui é pensar que, além de ser possível as marcas de gênero estamparem-se nas pessoas, elas também podem ser encontradas na forma com que os espaços se dispõem.

Uma das primeiras situações que me fizeram olhar para o espaço e enxergar gênero na sua constituição foram visitas que eu fazia ao Mercado Público de Redenção

durante a outra pesquisa na qual eu trabalhei, mas também como simples morador que frequentava o local para comprar frutas e verduras.

O Mercado de Redenção, pensado em termos espaciais, tem uma forma retangular. Nas extremidades dos menores lados do retângulo são as saídas, com grandes portões de ferro. No centro deste retângulo há outra área que tem a forma de um quadrado.

À medida que eu passei a frequentar mais vezes o lugar eu percebia que as personagens que eu sempre encontrava quando ia ali possuíam formas muito definidas de circulação. Ou seja, o seu papel no local também era definido pela forma como transitavam por ele. A compreensão desta formação espacial, portanto, foi essencial para a compreensão do conceito de generificação.

Na porção central havia uns balcões de cimento revestidos com ladrilho branco. Ali se vendia unicamente carne. Em contraposição, na parte que defini como retangular, que contornava a área quadrada, foram construídos pequenos casebres. Havia traves de madeira na frente de cada um deles. Nesta parte eram vendidos unicamente legumes e frutas. Apenas um lado de toda a parte retangular era funcional. Durante o período do campo não cheguei a ver os casebres do outro lado do Mercado funcionando, o que me levou a crer que haviam sido desativados.

Além da nítida divisão física em relação à distribuição de insumos, a comida também funcionava como um fator decisivo para definir quem os vendia, bem como a posição espacial de quem vendia. Neste sentido, todas as mulheres comerciantes vendiam sempre frutas e verduras, e os homens vendiam carne. Essa era a regra geral. A partir daí eu identifiquei que havia uma relação central-carne-homem e lateral-vegetal-mulher.

As três categorias, ao manterem relações intrínsecas, contribuíam ao mesmo tempo para a definição do espaço e da posição da mulher e do homem baseado nas categorias de posição, comida e gênero.

Neste contexto, a condição das mulheres era diferente quando comparada a dos homens. O marcador social da diferença de gênero era utilizado como uma forma de subalternização das mulheres, já que a estrutura do espaço do Mercado a prendia fisicamente em um determinado lugar, que nesse caso correspondia às margens.

Além do alimento vendido por elas definir o espaço que elas ocupavam surge, dessa forma, uma espécie de opressão causada pela venda do próprio tipo de alimento. Em outras palavras, a venda de determinado alimento, as verduras e frutas, aliado à posição espacial, ganhavam uma representação que acabava reiterando a diferença feminina.

Se retornarmos à relação que estabeleci nos parágrafos anteriores entre posição/comida/gênero, veremos uma espécie de tríplice que contribui para o processo de exclusão das mulheres, relegando-as ao espaço periférico por conta do próprio lugar que ocupam, da comida que vendem e do gênero que possuem.

Não é só um espaço com grandes ou médias proporções que pode ser considerado generificado, como foi o exemplo que acabei de dar. Além de a generificação ser instituída em relação a espaços de maiores proporções, espaços menores também são passiveis dessa divisão baseada em gênero (Bourdieu, 2002). A relação entre casa e rua, por exemplo, é um tema já bastante explorado na Antropologia (Da Matta, 1987), para pensar tanto a oposição dos dois ambientes enquanto sinônimos de espaços feminino e masculino, quanto para pensar as divisões de gênero a partir de cada espaço individualmente (D'Incao, 2006; Saffioti,1987; Scott, 2013).

No nosso caso, para ilustrar a generificação dos pequenos espaços, eu trago uma situação que ocorreu novamente durante o período das novenas, no contexto da quermesse. Era dia, entorno de 9h da manhã. Ventava bastante e caia uma leve chuva. Dona Raimunda (a mesma colaboradora que protagonizou o caso que citei com as travestis em um tópico anterior) e seu marido montavam sua barraca para o período da noite, que consista em grossas folhas de papelão. O homem se gabava da qualidade do material e da impenetrabilidade da chuva, dando repetidas batidas no papelão para retificar sua afirmação. No momento ele pretendia criar um mecanismo que tornasse possível levantar e baixar facilmente o papelão da frente da barraca. A engenhoca era similar a uma janela. Constantemente ele repetia que se a janela improvisada não funcionasse ele ia "quebrar a barraca inteira". Ao perceber a dificuldade dele em fixar as cordas, eu o auxiliei a passar o barbante por alguns buracos que ele furou no papelão. Quando a esposa perguntava o que ele pretendia fazer, ele a respondia rispidamente que "não queira saber", e a mulher se mantinha calada. Outro homem chegou ao local e os dois passaram a conversar sobre as expectativas de vendas à noite. Dona Raimunda imediatamente entrou para o interior da barraca, organizando os eletrodomésticos.

Nesta situação há três casos de generificação: um que se dá no nível da linguagem, outro da atividade, sob a forma da divisão do trabalho e a espacialização dos corpos (lugar de homem e lugar de mulher). O marido de Dona Raimunda utilizava recorrentemente frases duras com ela quando percebia que ela tentava transpor a quantidade de informações que já conhecia. Nesse sentido, as frases pronunciadas por ele serviam como uma espécie de fronteira, que demarcava os assuntos que ele julgava dizer respeito ou não

a ela. A linguagem do marido podia ser interpretada como uma ferramenta de coação e de manutenção da desigualdade ou, nos termos de Butler (2004), uma *alocución insultante* (p. 17).

Segundo a autora, ser "objeto de um enunciado insultante implica não apenas estar propenso a um futuro desconhecido, mas também não saber nem o tempo nem o espaço do insulto, e estar desorientado em relação à posição de si mesmo como efeito do ato da fala" (ibidem, p. 20 – tradução minha). Isto aconteceria devido a imprevisibilidade que rege a fala, já que é impossível prever o que alguém irá dizer.

Utilizo duas noções que Butler fornece baseada em Austin (apud Butler, 2004), que são atos de fala "ilocucionarios" e "perlocucionarios". Ao situar a "alocución insultante" dentro do ato de fala "ilocucionario", Butler diz que os momentos de fala que se enquadram nessa noção são sempre rituais e carregam uma historicidade condensada, são efeitos de invocações prévias e futuras que ao mesmo tempo constituem e escapam a enunciação (ibidem, p. 19 - tradução minha).

Dessa forma, eu incluo as opressões de gênero instiladas através da linguagem no que Butler categorizou como atos de fala "ilocucionarios", já que momentos como esses são reiterados dia após dia com a finalidade de posicionar permanentemente à mulher numa posição subalterna na sociedade.

No nosso caso, a fala parte do homem, que desfruta socialmente de uma condição de dominância (Massey, 1994; Bourdieu, 2002). Nestes termos ocorre a legitimação de que aquelas informações não são pertinentes à mulher.

A atividade é segundo caso que corrobora a divisão entre masculino e feminino. Antes de eu me aproximar dos dois eu já percebia o que o homem tentava fazer e que ele precisava de ajuda. Entretanto, mesmo com Dona Raimunda perto ele não a convidava para auxiliá-lo no serviço. E para isso não havia nenhuma explicação relacionada à inaptidão dela, pois eu cheguei a conhecê-la na rua. Ela trabalhava como gari e coletava lixo durante quatro horas seguidas. Só após a minha chegada é que ele revela sua necessidade de auxílio na tarefa. Fica evidente que nesse caso a fraqueza ou incapacidade do homem de realizar a tarefa só deve/pode ser manifestada apenas para um semelhante, outro homem.

As diferenças de gênero do espaço da barraca se tornam mais evidentes quando fica estabelecida uma área que é de domínio do homem e outra da mulher. No nosso caso, depois das agressões verbais do marido contra dona Raimunda e da chegada de um amigo dele, o interior da barraca passa a ter a função de "lugar de mulher". Ao mesmo tempo

em que ela remexe as coisas que tem lá dentro, o espaço também serve como refúgio. Embora a barraca não tenha muitos instrumentos, ela fica o tempo todo ali, sem participar da conversa dos outros dois.

Dessa forma, a barraca, que tem como finalidade principal a venda de bebidas, pode ser analisada, para além do aspecto comercial, como um mundo onde os significados dos símbolos são negociados. A barraca passa por um processo de construção de marcas de gênero junto com o público que a frequenta e as pessoas que nela trabalham.

Outro caso presenciado por mim que também se enquadrava nesse nível discursivo não passava necessariamente por uma agressão diretamente verbal contra a mulher, mas antes funcionava como forma de coação baseada na diferença definida linguisticamente entre homens e mulheres.

Eu estava na praça próxima aos correios de Redenção com Dona Raimunda, seu marido, sua filha e o marido dela e um casal amigo deles. Esse casal tinha um filho e uma filha. Enquanto as crianças brincavam, a mulher contava para o grupo que a filha estava em processo de recuperação de uma operação que realizara há poucos dias. Eu, tentando me entrosar com o novo casal, pergunto: "O que ela tinha?". A mulher respondeu: "Apendicite. Ela está há três dias sem ir ao banheiro". O marido de Dona Raimunda, demonstrando espanto, fala precipitadamente: "Três dias sem *cagar*?". A mulher fica um pouco desconcertada pelos termos que o homem usa, esboçando um sorriso forçado. Entretanto ela não deixa de confirmar que sim.

Esta frase pronunciada pelo marido de Dona Raimunda, mesmo que de forma impensada, revela as diferentes formas de homens e mulheres se expressarem, mas, além disso, revela também a concepção do homem e da mulher sobre a utilização apropriada de uma forma linguística para se expressar. Enquanto a mulher, sob a influência daquele determinado momento, cercada por crianças e famílias, utilizou um padrão linguístico mais formal para se expressar em relação à condição da filha, o homem utiliza um termo pejorativo. Entretanto, a diferença com que esses termos são empregados, à medida que cria a situação de desconforto na mulher, reflete a permissividade da livre expressão masculina nos espaços, nem que para isso reflita em um ato ofensivo contra a mulher. Ou seja, a diferença linguística entre homens e mulheres pode ser uma causa de conflitos. Não quero dizer que, em relação ao caso, uma ou outra forma de expressão tenha sido mais ou menos correta, mas que quando os termos linguísticos utilizados constrangem sujeitos/as, isso pode ser configurado como um abuso. Neste caso, mais especificamente, uma opressão de gênero.

As formas de consumo também podem ser identificadas, na análise de gênero, como reprodutoras das normatizações instauradas pelo modelo hegemônico.

> Como uma das mais importantes formas de opressão e regulação das construções identitárias, o consumo designa papéis aos sujeitos, de forma a não respeitar a liberdade de opção por determinada representação de gênero – que pode, ou não, estar adequada ao corpo físico (KELLER, 2014, p. 5).

Houve um caso de uma loja de calçados chamada “Detalhes” que ilustra bem esse modelo de regulação de gênero. Ela era dividida em dois prédios. Um destinado ao público feminino e outro ao público masculino, distribuídos por duas ruas perpendiculares. No prédio que vendia artigos femininos, havia apenas o nome “Detalhes” no letreiro. Tênis, sandálias e sapatos principalmente nas cores rosa e roxo eram exibidos na vitrine. Além disso, o próprio prédio era pintado de rosa. Em contraposição, no prédio da loja destinada ao público masculino a inscrição “para eles” vinha sobposta ao nome “Detalhes”, indicando de forma mais específica o público a quem se destinada os produtos comercializados na loja. As vitrines eram compostas por calçados de cores marrom, azul e preto. A cor do prédio era verde.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2015.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2015.

O controle das normas de gênero, nesse caso, segue padrões semelhantes à montagem de um quebra-cabeça. Assim como as peças do jogo, os fatores estão dados no espaço e a tradução do significado que cada um deles representa tem como resultado a descoberta de que funcionam de maneira integrada para a manutenção daquelas próprias normas.

Partindo primeiramente da análise das cores dos calçados e das lojas, víamos ao mesmo tempo uma ligação intrínseca entre as categorias de **cor da loja – cor do calçado – cor do prédio** e uma oposição que se construía no mesmo sentido da primeira categoria quando aplicado na relação entre ambos os prédios. Ou seja, a utilização de determinadas cores, ao mesmo tempo em que fortalecia as normas de gênero (historicamente instauradas através também da cor) em um espaço, definia sua diferença em relação a outro espaço pela atribuição de oposição baseada em cores de homem (azul, verde) e cores de mulher (rosa, roxo).

Neste sentido,

> o poder de coerção do consumo (...) [define] um código de conduta para o corpo entendido como masculino ou como feminino a partir da escolha de cores. A estrutura reguladora do consumo acaba por estabelecer um modelo de representação para estes sujeitos, demonstrando o aprisionamento desenvolvido por esta tecnologia social, no sentido de fixar identidades (também de gênero) (KELLER, 2014, p. 6).

Como fronteiras físicas e simbólicas de espaço, as cores dotam-se de sentidos duplos. Ao mesmo tempo em que estão dadas de forma palpável no espaço, demarcando-o, ganham significados culturais à medida que azul e rosa, ou cores parecidas em situação de oposição entre si, se tornam representações de gênero.

2.2.1. Espaços de sociabilidade masculina, feminina e mista

Neste tópico eu falo de como apreendi a existência de espaços voltados para sociabilidade masculina, feminina e mista, e consequentemente da experiência nestes espaços.

Os espaços estão aí, dados para todos e todas. Não há nenhuma placa ou letreiro pregado na frente de qualquer estabelecimento público que restrinja a circulação de determinados/as sujeitos/as nas suas dependências. Quero dizer com isto que não há nenhuma regra nítida de proibição de ocupação dos espaços, que eles estão supostamente disponíveis para ser consumidos por todos e todas que tenham condições de fazê-lo.

Nos espaços de Redenção, observei que não havia nenhum fator formal que expressasse a interdição de que falo, que é de caráter físico. Dessa forma a situação suposta que ofereço funciona como um modo de ironizar a rigidez deste controle espacial, já que o exercício de perceber essas interdições de que falo aqui é também de observação de estruturas muito peculiares da constituição dos espaços de sociabilidade.

Durante o exercício etnográfico e as inquietações diárias, identifiquei que havia sim interdições, porém no plano simbólico. Estas interdições eram sentidas quando eu me dava conta que tinha que criar alguns mecanismos para me adequar a certos tipos de espaços. Quando a natureza de dois espaços era diferente eu deixava de adotar o comportamento anterior para me adequar a outro diferente.

As categorias que diferenciavam estes espaços de sociabilidade, eu as dividi em três: feminina, masculina e mista. Identifiquei como espaços masculinos os bares, oficinas, borracharias. Os espaços femininos, salões de beleza e alguns "pedaços". Nos mistos se enquadravam qualquer tipo de espaço que recebesse de forma mais ou menos proporcional um número de homens e mulheres, mas que de toda forma tinha marcas muito fortes da dominação masculina.

Essa ocorrência do poder masculino operante na "estrutura do espaço" (Bourdieu, 2002) de forma praticamente onipresente, nos permite pensar a lógica da ordem masculina inscrita nas coisas, assim como também na própria maneira como o espaço é pensado. Dessa forma é que podemos pensar os espaços mistos como, mesmo tendo como característica basilar o fluxo tanto de homens quanto mulheres, organizados mediante uma estrutura de divisão eminentemente androcêntrica, ou seja, voltada para interesses masculinos.

Nesta pesquisa trabalhei muito mais com as noções de espaços mistos do que estritamente masculinos e/ou femininos. Meu maior interesse era investigar a negociação das relações de poder com foco em gênero no espaço público. Entretanto, como o trabalho de campo não funciona através de uma receita pré-estabelecida, sempre nos oferecendo surpresas, nos leva a desvelar por caminhos os mais diversos. Dessa forma acabei tendo contato, em certos momentos da pesquisa, com os espaços semi-públicos eminentemente masculinos e femininos.

Nestes espaços, eu cheguei a perceber uma disposição de espaços de sociabilidade para os homens muito maior do que para as mulheres. Ou seja, eles podiam desfrutar de espaços muito mais amplos e consumir muito mais espaços do que elas. Podiam inclusive consumir o espaço delas, numa ação de violação do espaço individual alheio.

Refiro-me particularmente a uma situação que aconteceu certa vez numa barraca de comidas próxima a Igreja Matriz. A proprietária costuma levar jantar para vender todos os finais de semana naquele lugar, na frente de uma ótica, no horário que corresponde ao final da missa. Ela costumava colocar algumas mesas e cadeiras para que as pessoas comessem no local, mas também preparava pratos para levar para casa. Nos finais de

semana em que eu permanecia em Redenção sempre jantava naquele lugar. O público geralmente era constituído por casais, famílias e idosas. A maioria das pessoas que frequentava o lugar se conhecia, e o clima de sociabilidade era sempre amistoso. Porém, uma vez, um grupo de cinco homens em um carro chegou ao lugar. No momento só havia, além de mim, um casal e uma mulher. Um dos homens chegou abrindo as panelas e outro colocou um casco vazio de cerveja no carro-de-mão onde a dona da barraca trazia suas panelas. A proprietária mostrou-se visivelmente perturbada, e a feição divertida com que interagia com os clientes rapidamente tornou-se grave. Seu corpo retesou-se, como se a presença e a atitude dos homens a deixasse tensa. Ela os perguntava o que queriam de forma breve e cabisbaixa. Quando todos estavam servidos, um deles perguntou onde iria sentar e D. Fátima pareceu atrapalhada com a falta de lugares. A mulher que estava sentada na mesma mesa que eu, falou que logo ia terminar de comer. Ela reclamava em baixo tom de voz sobre a presença daqueles homens no local e percebi que ela passou a comer mais rápido. Como eu havia terminado, logo paguei meu prato e passei a observar a cena um pouco mais de longe. A mulher que comia comigo levantou e foi para a praça. Depois que os homens sentaram, D. Fátima foi até o carro-de-mão e discretamente tirou o casco de cerveja colocado lá por um dos homens.

Demonstrações de abusos como estas estão agrupadas no que Saffioti (1987) chama de "poder do macho". Segundo a autora, tal poder tem "várias nuanças", se manifesta diferentemente dependendo de cada sociedade, mas sempre com um único fim: reproduzir o domínio masculino sobre as estruturas sociais e sobre a mulher. No nosso caso ele expõe ao julgo de um grupo de homens a mulher que trabalha sozinha junto com o próprio espaço que ela demarca para si a fim de desenvolver sua atividade. Na situação eu estabeleço dois espaços diferentes: 1) o espaço de Dona Fátima, que é um espaço feminino, no qual ela lida com a comida, e que fica mais distante das mesas, e 2) um espaço misto que engloba este espaço inerente a Dona Fátima mais o espaço onde as pessoas consomem a comida servida por ela. Aqueles homens se apropriam tanto do que era espaço misto quanto espaço feminino, na medida em que usavam cascos de bebida para alterar a configuração do espaço e levantavam as tampas das panelas, transgredindo um espaço que, dado aos códigos do lugar, não dizia respeito a eles, já que o manuseio desses equipamentos era feito exclusivamente por Dona Fátima.

Quando falo de consumo do espaço, refiro-me diretamente não apenas ao ato de ocupar um determinado espaço, mas aos próprios fatores que tornam possíveis às pessoas se tornar uma parte do todo que aquele espaço representa. Isto significa que a presença

de alguém ou de um grande grupo em um lugar específico não pressupõe exatamente que ela/e se sinta um/a componente do lugar, que esteja sendo visto como um/a ou que aquele grupo tenha influencia notável sobre o espaço. Faço essa discussão porque percebi um fator acontecer repetidamente que me levou a desenvolver a ideia de consumo do espaço.

A praça matriz de Redenção aparecia como um espaço importante porque tinha diversos usos como, por exemplo, lugar de sociabilidade para os moradores da zona urbana e lugar de descanso para os moradores da zona rural que vinham ao centro resolver questões pessoais, alimentação e venda de roupas. Um dos usos que considerei mais interessantes para análise foi o de algumas mulheres que vinham da zona residencial do município para o centro para fazer as compras e que utilizavam a praça como passagem. Essa dinâmica que realizavam demonstrava, sobretudo, que a praça significava apenas como local por onde deveriam passar para chegar até em casa ou lugar de transição.

Todas elas sempre carregavam várias sacolas. As sacolas com artigos para casa e comida representavam a transitoriedade do ato de ir à rua buscar o necessário para as atividades do lar.

O espaço da praça, embora utilizado, não era consumido por elas, no sentido de aproveitarem os serviços que o lugar podia oferecer (bancos para sentar, comida à venda nos quiosques, roupas à venda nas bancas).

Portanto, na análise das relações de gênero, eu parto do pressuposto de que quem consome o espaço se dota de poder através do próprio exercício do consumo. Quem consome, de certa forma se fixa ao espaço, e quanto mais pessoas com características em comum se fixam num espaço, maior é a dominação do grupo sobre o espaço. Reforçando essa ideia, era comum que grupos de homens dominassem a extensão da praça, se concentrando em grupos pelos bancos de madeira e se valendo de estratégias de fixação simbólica como a contação de anedotas, o fumo e as conversas em voz alta.

O matiz do “ser mulher” apresentado acima serve como contraponto para um perfil feminino que trarei posteriormente no segundo capítulo, que é o das mulheres praticantes de atividade física e da relevância do exercício na autonomia dessas mulheres que o praticam.

2.3 As fronteiras físicas e simbólicas de gênero

Como defini no tópico anterior, o gênero está presente de forma muito marcada no nosso cotidiano, influenciando nossa forma de se comportar e agir. Procurei trazer também a perspectiva de que não apenas as pessoas levam consigo as marcas desse gênero

designado a elas por meio de convenções sociais, porém o próprio espaço, que é palco das interações cotidianas contém estas marcas.

Porém, para que o processo de generificação do espaço aconteça de maneira eficaz, é necessário um duplo movimento: Se em um sentido são necessários signos que auxiliem na construção do espaço generificado, no outro sentido são necessários signos que indiquem a falta de acolhimento nos espaços. São os signos que apreendi nos espaços que frequentei que busco trazer e analisar neste tópico, sob a luz dos estudos de gênero e espaço.

As fronteiras podem ser compreendidas como físicas e simbólicas. As físicas pressupõem a existência de signos reais, que estão dispostos de maneira palpável no espaço. As simbólicas são construídas a partir de convenções sociais, demarcando o espaço ideologicamente. Para ilustrar estas categorias eu quero trazer novamente exemplos do período dos festejos da padroeira do município.

Uma das barracas da rua central pertencia à paróquia do município e era gerida por diferentes setores todos os dias. Os setores eram grupos específicos ligados à Igreja como Grupo de Jovens, Pastoral da Criança etc.Naquele dia quem comandava a barraca era o Terço dos Homens. Dentro da barraca o trabalho era dividido entre duas equipes: uma que recebia o dinheiro e entregava fichas que eram trocadas por comida e outra que recebia as fichas e servia os pratos. Durante todos os dias que frequentei a quermesse o grupo responsável por entregar as fichas era inteiramente composto por homens, salvo alguma mulher. E mesmo nestes casos, parecia que isto só acontecia na falta de algum homem que assumisse a posição, já que isso só aconteceu dois dias, dos seis dias em que estive acompanhando os festejos. Já a equipe que servia os pratos foi impreterivelmente composta por mulheres, durante todos os dias. A questão, neste caso está relacionada ao dinheiro, mais especificamente a quem o controla.

A dinâmica da barraca que envolve a simbologia do intercâmbio dinheiro-fichas pode ser interpretada a partir de dois pontos de vista 1) o da higiene e 2) do gênero. O primeiro ponto ofereceu duas possibilidades de interpretação: a finalidade da separação de natureza higiênica, no sentido de separar o dinheiro (sujo) da comida (limpo), ou simplesmente da ficha dotada de valor simbólico, no sentido de facilitar o controle do caixa no fim do expediente para conferir o apurado em dinheiro com a quantidade de fichas vendidas.

Em relação ao segundo, ao situar dinheiro como uma relação social das sociedades capitalistas, norteio-me por Bourdieu quando diz que as “regularidades da ordem física e

da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres". A movimentação financeira realizada apenas pelos homens é reveladora e, neste caso, é vista como uma tarefa de prestígio e a exclusão da mulher deste processo representa a própria tentativa de relegá-la a um papel inferior.

Nesta conjuntura, cria-se a oposição básica entre cabeça e corpo dentro da qual o ato de servir a comida pode ser enquadrado como uma faculdade corporal e, portanto, natural, e a manipulação do dinheiro como uma função intelectual e, dessa forma, mental. Esta questão já havia sido debatida anteriormente por Martin (2006). Segundo ela, este processo teria produzido um pensamento segundo o qual as mulheres estariam mais bem relacionadas com as funções "naturais" e o homem ligado ao domínio da produção da "cultura" (idem, p. 52) numa lógica de subalternização do feminino ao masculino e naturalização da dominação dos homens.

Uma fronteira física de gênero que consegui identificar com mais proeminência e que atuava de maneira bastante relevante para a construção de determinados espaços foi o álcool.

Sempre presente de forma visível em praticamente todos os bares de Redenção, mesmo dos mais sofisticados aos mais simples, garrafas de uísque, cachaça, vodca e etc. ocupavam prateleiras exclusivas. Funcionando como símbolo de ostentação para estes espaços, o culto às garrafas de bebida poderia ser comparado com o mesmo cuidado que se dedica a uma coleção de medalhas. Eram representadas pela posição de destaque que ocupavam, expostas com garbo e visibilidade para os fregueses que logo adentravam o recinto.

De forma geral em todos os espaços que eu chegava que reuniam a característica básica que expliquei no parágrafo anterior, era significativo a presença de homens, em contraposição a uma quantidade mínima de mulheres.

Este fenômeno, no entanto, não acontecia exatamente desta forma nos bares mais novos, que classifiquei como "bares universitários". Estes bares localizavam-se em um complexo formado por diversos tipos de serviços, distante alguns metros da UNILAB. Segundo informações que obtive, o complexo foi construído logo após a implantação da UNILAB no município, e consequentemente também os bares. Dessa forma passavam a receber um público bastante plural, diferentemente da freguesia dos bares mais antigos, que se constituíam principalmente por homens adultos naturais de Redenção, embora eu também tivesse visto estudantes bebendo neles.

Mesmo estabelecendo esta diferença, eu continuei a observar que não era possível pensar em uma quantidade paritária (ou próximo disso) de homens e mulheres mesmo nos bares mais novos. Meu discurso em algum sentido pode parecer promover uma reflexão sobre um ato trivial, mas a minha análise concentra-se justamente na crítica da naturalização da relação entre bebida e homem, quando na verdade não há nada que justifique, em termos de natureza, esta afinidade.

Para discutir esta questão, ilustro com os casos que encontrei durante o período que fiz pesquisa de campo em Redenção. Basicamente, na relação entre homem e álcool eu pude constatar a existência de dois tipos de homens: os que bebiam e os que não bebiam.

Em relação aos homens que bebiam, o discurso não oferece tanto a ser problematizado, no sentido que a bebida é um fator que se liga culturalmente ao homem, legitimando a experiência masculina de afinidade com a bebida alcoólica e a visão pelos outros no espaço social. Quando um fenômeno se torna a norma, não é necessário qualquer discurso que tente prová-lo ou conferir-lhe autenticidade. Por outro lado, quando se trata de homens que não bebem, isto passa a se configurar como a contrarregra, o incomum. Daí passa a surgir discursos que corroboram esta atitude que vai de contra ao "natural".

Ouvi duas pessoas, um homem e uma mulher, em que suas falas passavam diretamente por esta questão. A mulher, Dona Cristina, era uma colaboradora antiga e feirante. Ela era mãe de três rapazes e duas moças. Em certa conversa que tivemos uma vez ela falou da sua configuração familiar. Quando se referiu aos filhos ela contou que eles não bebiam, que era "rapazes bons" e as moças, igualmente, não "saíam pra festas". Já seu Tobias era um homem de 65 anos que trabalhava transportando pessoas da zona rural de Redenção para o centro. Ele era solteiro e, em uma de nossas conversas, ele me contou como rompeu o relacionamento com sua última companheira. Ele contou que ela o trocou por outro homem que "não tinha nada a oferecer" e, além disso, ainda bebia, espancando-a constantemente. Se definindo em oposição ao outro homem, ele me disse que a mulher "foi besta" em tê-lo trocado por outro que bebia e disse ainda que "mulher não dá valor a homem que presta de verdade".

A partir dos dois relatos é possível apreender duas categorias que são utilizadas para definir os homens que não bebem. A primeira é a **distinção moral**, que aparece no depoimento das duas pessoas. A bebida, nessa categoria, é pensada como um fator que afeta a índole pessoal dos/as indivíduas/os que a consomem. O significado da bebida

alcoólica é pluralizado, à medida que ela deixa de ser vista unicamente como droga, com seus efeitos momentâneos, para também funcionar como um fator de influência prolongada na personalidade de individuas/os.

A outra categoria que aparece somente na fala do homem indica uma **distinção profissional** que pode ser alcançada mediante a ausência da utilização de bebida alcoólica. Ao que parece, Seu Tobias identifica os homens que não bebem como indivíduos propensos a um maior êxito do que os homens que bebem.

Caminhando já no sentido das categorias decorrentes de espaços femininos, a **menstruação** foi outra fronteira que identifiquei ao longo da pesquisa e que eu considerei uma grande conquista. Ela representou, de certa forma, tanto meu ingresso no universo das mulheres, da confiança em mim depositada por elas através do conhecimento do fenômeno, quanto no sentido de problematizar o conceito a partir do relato das próprias mulheres.

Os resultados em relação a esse fenômeno foram colhidos durante algumas tardes de conversa com três mulheres que trabalhavam em pontos comerciais perto da minha casa. Elas tinham manhãs corridas, fazendo atendimento de vários clientes. Durante a tarde, quando o fluxo de pessoas no centro amenizava, elas pegavam as cadeiras de dentro dos pontos e colocam na calçada. Esse período do expediente, além delas colocarem os "babados em dia", também era propício para o lanche da tarde, que as três faziam juntas. Esse momento, que acontecia geralmente por volta das 15h00min até o fim do expediente, coincidia de ser o horário que eu voltava da universidade. Dessa forma, muitas vezes eu parava alguns minutos para ficar conversando com elas.

Em uma dessas vezes Miriam, uma das mulheres, a mais eloquente das três, ao ver passar uma mulher na rua, lembrou-se de uma história que ocorreu envolvendo duas colegas de sua filha. Esta história se passou no colégio das crianças. Ambas as meninas tinham por volta de 7 – 9 anos. Uma delas tinha levado uma queda e ferido parte da cabeça. "Ambas eram coleguinhas de classe, e Miriam contou que a filha chegou em casa dizendo que 'a menina disse para outra menininha, que estava com um caroço na cabeça, que ainda sangrava um pouco, que aquilo era sinal de que ela tinha menstruado'" (Caderno de Campo, Redenção, 2014). Eu ri bastante da situação e só depois percebi que as outras duas mulheres pareciam assustadas com a história que tinha sido contada. Não consegui compreender a gravidade que todas elas esboçavam e perguntei por que acharam a situação tão grave. Miriam me respondeu, em um tom de voz mais alto, o que deu a

entender certo incômodo: “Tu acha que falar uma coisa dessas [menstruação] é bonito para uma criança? ”.

O tema é tratado por elas com muita severidade. A partir daí eu percebo que existe uma fronteira que marca a não experiência e a experiência com a menstruação, pensada em conjunto com o fator etário. Somente a ultrapassagem desta fronteira que elas definem (na verdade a forma com que a fronteira é reproduzida por elas, já que esta é uma convenção social anterior a suas existências), ou seja, a experiência vivida da menstruação é a própria chave para a imersão no universo do entendimento deste fenômeno, bem como a possibilidade de troca de informações com outras mulheres a respeito deste tema. No nosso caso, por exemplo, o conhecimento do fato demonstrado por uma criança de 7-9 anos representa a violação das regras etárias e de vivência da experiência menstrual que envolvem o fenômeno.

A menstruação, nesse sentido, se configura como um rito de passagem da vida das crianças para a vida adulta das mulheres na sociedade moderna. No contexto do espaço, a menstruação é uma marca importante da distinção masculina e feminina, ao impor fronteiras muito rígidas e delimitadas acerca do discurso em torno de si nos espaços, marcando o espaço feminino.

Este contexto de entremeios, de trânsito constante entre universos masculinos e femininos durante a pesquisa, ao marcar de forma delineada minha experiência em campo, fortalecia meus mecanismos de identificação de demarcação das diferenças dos espaços frequentados. Colocando-me enquanto rapaz gay, eu me via enquanto termômetro das minhas próprias análises, confirmações e contestações, pois me encontrava em uma situação que não me identificava sexualmente nem com meus interlocutores e nem com minhas interlocutoras, em uma pesquisa na qual o gênero tinha papel fundamental.

Eu sentia a necessidade de criar mecanismos próprios que pudessem me identificar, no caso de estar em espaços femininos, como um tipo diferente dos homens que aquelas mulheres estavam acostumadas a lidar, mostrando-me disponível a escutá-las. No caso de espaços masculinos, nunca consegui me aproximar do padrão de masculinidade que muitos homens exibiam enquanto estive em campo, pois considerava atitudes muito indelicadas o cuspir no chão, “coçar os ovos” e falar alto. Estes fatores, que não eram os únicos, mas que ressalto aqui como sendo os que observei como mais recorrentes, sempre me fizeram olhar para o universo masculino e enxergar um mundo o qual eu nunca poderia fazer parte, pois eu não comungava dos mesmos signos que aqueles

Fonte: Arquivo Pessoal, 2015.

homens. Isto me colocava num patamar cada vez mais afastado do ideal de masculinidade ou, dos traços que definem o tipo ideal macho (Albuquerque Junior, s/d).

Neste capítulo eu expliquei como o gênero pode ser percebido e compreendido nos espaços, através do fenômeno da generificação, e quais são os fatores que contribuem para o assentamento das marcas de gênero nos espaços.

No próximo capítulo eu trabalho com a descrição de fenômenos que marcam as experiências dos sujeitos nos espaços masculinos semi-públicos e das interlocutoras nos espaços públicos.

3 GÊNERO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE REDENÇÃO

3.1 A importância dos “pedaços” na constituição da sociabilidade feminina

O que tenho feito até agora é situar e analisar, conforme a categoria de gênero, os/as/ sujeitas/os de Redenção e/em seus espaços. No primeiro tópico deste capítulo me proponho a expor os resultados da empreitada de mapeamento da sociabilidade feminina constituída nos “pedaços” de Redenção.

O território que tomei como ponto de partida fundamental da minha análise foi o das mulheres praticantes de exercício físicos na Praça do Obelisco, na área central de Redenção, ao lado dos Correios. Os exercícios só passaram a acontecer naquele espaço após a revitalização da praça, feita cerca de cinco meses antes do início das atividades.

Os exercícios feitos pelas mulheres eram uma iniciativa da Prefeitura Municipal, sob organização do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e faziam parte de um projeto que tinha como finalidade desenvolver uma série de atividades para estimular a prática do exercício físico entre os/as idosas/os do município. Além dos exercícios praticados naquela praça às segundas e quartas-feiras, o instrutor físico delas e coordenador do projeto me contou que na quadra poliesportiva atrás da UNILAB, todas as terças e quintas-feiras, aconteciam as danças. Ele separava os dois exercícios em atividades de alto e baixo impacto por demandarem maior e menor força.

O pedaço que tomei como ponto de partida da análise num primeiro momento pode não ser considerado como um pedaço, no sentido projetado por Magnani (idem). O primeiro significado que aqueles exercícios ganhavam era o de promoção da atividade corporal para pessoas mais velhas. Essa construção correspondia à concepção formal do órgão governamental que regulava a prática dos exercícios. Por outro lado, eu percebia que havia outra construção que acontecia no nível das relações informais, realizada pelas próprias mulheres atletas: a ressignificação do espaço que lhes era dedicado para a prática de exercício em espaço de distração e lazer, portanto, em pedaço.

O período de duração das atividades na praça era, em média, uma hora e, diferentemente do que acontece em academias fechadas, o professor trazia instrumentos produzidos de forma mais artesanal, como bambolês, cones, ligas elásticas e escada dobrável.

Na fotografia acima, retirada de meu diário de campo, está representado imageticamente um dos dias que acompanhei as atividades desenvolvidas na praça. A minha participação se dava de dentro do pedaço. Eu utilizava trajes específicos para a prática dos exercícios e me exercitava junto com elas.

As atividades eram feitas separando-se as integrantes por duplas, de maneira que partilhei alguns momentos da execução dos exercícios com algumas delas. Esse recorte empírico foi definido no momento em que eu me dei conta de que eu carregava uma situação de masculinidade diferente da maioria dos outros homens que se distribuíam por esses espaços. Eu não tinha a finalidade de me utilizar desta masculinidade atribuída a mim para hostilizar, diminuir ou impor minha vontade sobre as mulheres ou os espaços. Dessa forma, eu conseguia interagir de forma muito mais amistosa com as mulheres do que necessariamente com os homens.

Entretanto o contato inicial não foi fácil. Eu tive que fazer um grande esforço para mostrar para aquelas mulheres que minha presença no pedaço delas tinha a finalidade da

convivência e sociabilidade de maneira saudável com elas. Sob o pretexto da saúde física, eu estimulava aquelas mulheres a continuarem fazendo seus exercícios.

O pedaço da praça onde elas se exercitavam era marcado claramente pelos instrumentos utilizados nos exercícios. Ou seja, percorriam somente a extremidade da praça que era marcada pelos objetos mostrados na imagem e por alguns outros que não aparecem. Depois dos bambolês, um pouco à frente, há um coreto. Considerei o coreto como sendo o limite da demarcação daquele pedaço, pois ali eram instalados os últimos equipamentos.

Entretanto, a alteração da forma de se relacionar com o espaço não se restringia a experiência daquele grupo de mulheres. As outras pessoas que utilizavam a praça também eram em parte atingidas com a demarcação temporária daquele pedaço. Isso acontecia por conta da própria restrição que os equipamentos representavam entre aquele espaço que estava lá e este espaço que estava aqui, estabelecendo uma relação das mulheres com as outras pessoas da praça de nós-eles. Ou seja, mesmo que temporariamente, se estabelecia um diferente reconhecimento entre quem era do pedaço e quem não participava dele, tanto pela (não) comunhão dos símbolos dispostos espacialmente quanto por estar dentro-fora do pedaço.

Dessa forma, identifiquei um fenômeno que acontecia mediante a disposição desses equipamentos por aquela parte da praça. Além dos equipamentos marcarem limites de território para as mulheres atletas em uma espécie de relação pedaço–não espaço, esta fronteira também demarcava a experiência dos transeuntes que utilizavam a praça. Ao mesmo tempo em que os objetos tinham a função de demarcar a área para a prática do esporte, sinalizavam aquele pedaço que, por alguns minutos, era reservado às mulheres.

Não era de forma harmônica que as negociações sociais aconteciam na praça durante os períodos de instalação do pedaço naquele espaço. Ou seja, surgiam conflitos inerentes das pessoas que estavam fora do pedaço, principalmente homens, e das mulheres de dentro do pedaço.

As reações recorrentes, na maioria das vezes, eram olhares constantes dos homens que conversavam nos bancos próximos. Às vezes eles chegavam sozinhos ou em duplas e ficavam próximos aos limites estabelecidos fisicamente, fazendo comentários maliciosos entre si e debochando, no que parecia ser uma clara ameaça de "invasão" do pedaço. O que me surpreendia era o desembaraço com que aquelas mulheres driblavam esses tipos de situação, menosprezando a existência deles e fazendo seus exercícios

tranquilamente. Uma das vezes aconteceu uma reação desse tipo, mas que significou uma nítida agressão verbal a uma de minhas interlocutoras.

Como nos outros dias, as mulheres faziam seus exercícios normalmente. Uma delas estava no coreto sozinha, fazendo *jumping*. Tentei estabelecer uma conversa com ela e iniciei perguntando se estava cansada. Ela respondeu que "nenhum pouco", ao mesmo tempo em que continuou pulando. Perguntei há quanto tempo ela estava no grupo e ela disse que "desde que começou o projeto". Nesse momento o professor interrompeu e complementou dizendo que o projeto teve início em 2009 e que seguia até então. Após isto ela se dirigiu a outra moça um pouco mais nova, com perguntas sobre a origem da família dela, por tê-la achado parecida com alguma conhecida sua. Logo que as duas terminaram de conversar, um homem de aproximadamente 45 anos que passava perto daquela mulher com quem eu tinha acabado de conversar disse: "Tu tá fazendo isso aí querendo ficar nova? Não tem mais jeito não!". A expressão foi tão absurda que começo a rir, espantado por não acreditar no que o homem tinha acabado de falar. Como se não bastasse o episódio, ele continuou no espaço, parado no limite que anteriormente conceituei como a fronteira espacial daquele em pedaço relação à praça.

A fala do homem representou uma violência simbólica de gênero no nível do discurso. Naquele momento, entretanto, tanto a presença dele como também a sua intervenção não foram acatadas nem pela mulher a quem ele tinha dirigido a agressão, nem pelas demais mulheres. Elas manusearam a situação de forma a invisibilizar o homem e desconsiderar sua intervenção. Este é um ponto importante possível de ser extraído do fato ocorrido, mas não é sobre o qual quero me deter. Quero ressaltar a importância que a constituição dos pedaços, em casos como estes, contribui de forma mais eficaz para a sociabilidade das mulheres.

Além do seu aspecto de fragmento espacial, delimitado física e simbolicamente, a rede de sociabilidade desenvolvida no pedaço também pode ser pensada como um fator de constituição do pedaço, pois também instaura fronteiras. As roupas diferenciadas utilizadas pelas mulheres em relação às outras pessoas da praça, os assuntos específicos, e o próprio gênero em comum eram marcas da singularidade do seu pedaço. Neste sentido eu penso que o funcionamento desses fatores em conjunto realizava também a função de proteção das mulheres agrupadas no pedaço, porque estabelecia a diferenciação física e simbólica entre o **nós – eles**, ou o **nosso espaço – espaço deles**. Além do valor daquele pedaço enquanto um "espaço de/para mulher(es)", a relevância do pedaço também

consistia na presença das mulheres fazendo “coisas de mulher(es)” com outras mulheres para a potencialização da consistência na demarcação territorial do pedaço.

O dia que optei para encerrar minhas intervenções junto ao grupo de mulheres praticantes de atividades do NASF culminou igualmente no Dia do Desafio, 27/05/2015[3]. Em Redenção o evento foi comemorado através de uma caminhada que teve como ponto de partida a Praça do Obelisco. As/os caminhantes seguiram por trás dos correios e contornaram pelas ruas principais até chegarem finalmente à quadra poliesportiva da Praça da Igreja Matriz. A caminhada estava dividida por setores, de maneira que no início

Fonte: Arquivo Pessoal, 2015.

da fila se distribuíram os núcleos de exercícios físicos dedicados às pessoas de mais idade e, subsequentemente, grupos de esportes formados por estudantes das escolas do município.

Antes do início da caminhada, minhas interlocutoras estavam posicionadas na parte da praça onde costumavam acontecer as atividades. Elas estavam bastante animadas e ensaiavam movimentos na fila, com passos e coreografias acrescidas de gritos e bexigas.

Todas as pessoas se reuniam em grupos, que na verdade correspondiam a núcleos de exercícios e grupos de esportes de escolas do município. Num dado momento, os outros grupos começaram a tirar fotos de seus integrantes e elas expressaram o mesmo

[3] O evento tem alcance mundial e é realizado anualmente. No Brasil o organizador oficial é o SESC. O objetivo é o de que “as cidades realizem uma disputa saudável na qual vence aquela que mobilizar o maior número de pessoas, em cálculo percentual de acordo com o número total de habitantes”. Fonte:<http://www.ebc.com.br/noticias/saude/2015/05/noriodiadodesafio2015mobilizacidadescontraosedentarismo>. Acesso em 11 jun. 2015.

desejo. Apesar da câmera do meu celular não ter uma resolução tão boa me ofereci para fazer os *flashes*.

Uma das mulheres, uma senhora de 65 anos, e que na foto aparece de blusa amarela e calça azul, sugere para que eu tire uma foto só das "véa". O termo é recebido pelas outras mulheres de mais idade do grupo de maneira bastante positiva por meio de muitas gargalhadas.

No Ceará, a palavra "véia/o" na maioria das vezes é utilizada com conotação negativa. Ela representa uma variação pejorativa da palavra "velho/a". Entretanto, nesta situação, eu enxergo uma ressignificação positiva pela qual o termo passa. A senhora em questão, além de se apropriar de maneira positiva da sua qualidade de mulher mais velha, reforça igualmente nas suas colegas de exercício o mesmo sentimento de orgulho com a condição etária.

A questão que acredito que seja a mais relevante mediante o acompanhamento do caso dessas mulheres praticantes de atividade física é pensar os meios e estratégias de discurso pelos quais é positivada a ocupação das mulheres no espaço público, e com isso eu me remeto inclusive a minha fala inicial a elas de estímulo da saúde física. Constatei que a distribuição das mulheres na rua, diferentemente do que acontece com os homens, só é validada quando elas estão desempenhando atividades de natureza remunerada, ou no nosso caso, física. Atividades que estejam relacionadas, sobretudo, à produtividade. A ociosidade ou divertimento, que era o outro lado, e arrisco-me dizer, o lado não desejado que as atividades físicas propunham, parecia passar por um processo frequente de desconexão da finalidade primordial que os exercícios tinham, o da saúde. Isso acontecia fosse por meio do instrutor, que regulava atentamente os exercícios, interrompendo os diálogos que elas estabeleciam, ou sob a forma de olhares dos homens de fora do pedaço.

A participação de sujeitos/as na constituição do seu pedaço é essencial para que o próprio pedaço passe a existir. Nesse caso, eu ofereço uma nova dimensão de interpretação do conceito de pedaço de Magnani (idem), a fluidez espacial. Eles existem ou deixam de existir à medida que os/as individuas/os que o compõem se juntam para determinada finalidade ou se dispersam. Neste caso eu tenho uma situação que ilustra bem a fluidez dos pedaços.

Havia uma barraca de lanches na praça da matriz que costumava receber homens e mulheres. Classifiquei o espaço, portanto enquanto misto. A própria gestora do estabelecimento era uma mulher. No entanto, dependendo do dia a barraca recebia mais homens ou mais mulheres e a sua configuração espacial se modificava bastante. Digo que

se modificava com base na própria gestora da barraca, que quando estava cercada de mais mulheres comerciava e sociabilizava.

Estive presente na barraca tanto em dias de predominância tanto de público masculino quanto feminino. Quando a maioria era de homens, a mulher os servia e eles conversavam entre si. Quando a maioria era de mulheres, o papel da dona da barraca se flexibilizava entre fazer o serviço e interagir com as outras mulheres.

Houve um dia que havia três mulheres e um homem no local. Eles falavam sobre os atos valores da conta de energia. Uma das mulheres, ao que parece para explicar a condição difícil que criou os filhos tendo que pagar contas caras diz que teve "dois filhos em casa, sozinha". Quando a conversa começa a enveredar para a maternidade e que as outras mulheres começam a se interessar pelo tema, o homem resmunga qualquer coisa se levanta do banco e se afasta. Todas as mulheres presentes riem dele.

Alguns minutos depois outro homem se aproxima. Neste instante, duas mulheres, que aparentam ser mãe e filha, dialogam. Não consigo ouvir o teor da conversa, mas em determinado momento a filha é bem enfática e diz em alto tom de voz: "Mas homem só presta para a gente usar". Depois disso todas as mulheres olham para o único homem no local e caem na gargalhada. O homem, que tem por volta de 50 anos, fica desconcertado, sorrindo forçadamente. Logo sai dali a exemplo do outro homem.

Dessa forma, mesmo que o território da barraca apresente o caráter transitório de pedaço para as mulheres que o frequentam, podendo significar um espaço de dominância feminina em um dia, e no outro significar outra coisa, não deixa de ser um espaço rico para que as mulheres desempenhem nele seu protagonismo. Através dos exemplos que narrei aqui é nítida a fluidez da configuração dos pedaços e a relevância da existência de um código partilhado entre as mulheres ultrapassa a existência das fronteiras simbólicas e físicas.

3.2 As "casas dos homens" de Redenção: espaços quase intransponíveis

O conceito de "casa dos homens" que utilizo neste tópico para agrupar os resultados levantados em campo foi inspirado no trabalho de Daniel Welzer-Lang (2001).

Segundo o autor a "casa dos homens" seria o conjunto de lugares e espaços de estruturação do masculino e da introjeção da ideia de que "para ser um (verdadeiro) homem, eles devem combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres" (idem, p. 462).

> Nessa casa dos homens, a cada idade da vida, a cada etapa de construção do masculino, em suma está relacionada uma peça, um quarto, um café ou um estádio. Ou seja, um lugar onde a homossociabilidade pode ser vivida e experimentada em grupos de pares. Nesses grupos, os mais velhos, aqueles que já foram iniciados por outros, mostram, corrigem e modelizam os que buscam o acesso à virilidade. Uma vez que se abandona a primeira peça, cada homem se torna ao mesmo tempo iniciado e iniciador (WELZER-LANG, 2001, p. 462).

Na minha interpretação do conceito, sugiro que a masculinidade é um fator que não está disponível de forma estática nem no mesmo nível para os homens (e aqui eu falo de um perfil específico de homem, que é heterossexual e cisgênero), isto é, a masculinidade não é designada permanentemente desde o nascimento até o fim da vida de um homem. De maneira semelhante à barra de *life* de uma personagem de videogame, que precisa ser constantemente aumentada para que a personagem não morra, na vida real da maioria dos homens, a masculinidade é algo que precisa ser diariamente alimentada, nutrida, para que a manutenção do patriarcado seja efetivada diária e permanentemente. Nesse sentido, eu penso as "casas dos homens" como espaços que os homens frequentam durante a vida inteira com a finalidade elementar de recuperar essa masculinidade que atenua diariamente.

Minha presença nestes espaços que classifiquei como masculinos foi na maior parte das vezes no sentido de perceber as ferramentas que caracterizavam os espaços enquanto casas de homens. Ir à rua munido de todo o referencial que li e enxergar nas ações dos homens a projeção dos textos e, pior, conseguir compreender códigos sociais de gênero em situações corriqueiras, se por um lado foi um exercício interessante, por outro não foi muito agradável. Tecer minha escrita com base em situações de hostilidade de homens contra mulheres, sobretudo com base em questões de desigualdade na forma como o uso do espaço era utilizado por eles me fez sentir inicialmente impotente por observar e compreender o que eu via, mas não poder tomar nenhuma atitude a respeito.

Uma "casa dos homens" dentre todas que visitei e que mais me causou conflitos internos ficava exatamente do lado de minha casa. Era um prédio largo de dois andares e de paredes amarelas e que se estendia por duas ruas, que formavam uma esquina. Ele era gerido por um homem e sua esposa.

Foto 01

Fonte: Arquivo Pessoal, 2015.

Foto 02

Fonte: Arquivo Pessoal, 2015.

Foto 03

Fonte: Arquivo Pessoal, 2015.

Nas tardes em que eu sentava com as minhas interlocutoras na calçada, aproveitava também para observar de perto o fluxo de homens que entravam e saiam do local. Uma particularidade nesse caso era que todos os frequentadores dali eram fixos, ou seja, o bar (Foto 01) nunca recebia desconhecidos como o bar da esquina oposta (Foto 03) por exemplo. Com isto eu quero dizer que havia uma rede de sociabilidade solidamente definida ali. Seus frequentadores eram todos já conhecidos.

Em alguns dias da semana, não fixamente determinados, eles permaneciam até a noite fazendo jogos apostados. Eu deduzi isso ao perceber que em dias normais o casal dono fechava o bar e saía junto por volta das 17h00. Entretanto, nos dias de jogatina, a esposa continuava a sair no mesmo horário e, quando anoitecia, o marido fechava as portas do bar, que ficava no andar térreo do prédio, e abria uma janela no 2º andar. Na fotografia acima (Foto 01 e 02) é possível ver uma mesa de sinuca em evidência e do lado uma mesinha onde se jogava damas. Esse é o térreo e onde aconteciam os jogos permitidos. Atrás da mesa de sinuca é possível ainda ver uma escada improvisada que dava acesso ao andar superior. Algumas motos e carros na frente do estabelecimento

também denunciavam um número relativo de homens no local, além da gritaria e do barulho de bolas de bilhar batendo umas nas outras.

No mesmo bar em questão meu colaborador principal é o homem de camisa vermelha. Nós descobrimos alguns conhecidos em comum e a partir desse momento sou bem recebido na mesa. Ele então me apresenta a todos e nos cumprimentamos. Os apertos de mão são vigorosos. Quando chega no seu pai ele diz: "presta atenção nas mãos do véi". Desloco totalmente o olhar do rosto do homem para suas mãos, que apertam as minhas com dureza. O filho diz: "sentiu só o tamanho da mão do homem...sentiu a firmeza? ". O homem tinha de fato mãos muito grandes. Neste caso, o discurso que era construído sobre as mãos ganhava um outro significado: às mãos grandes servindo como representação da consistência, do controle, da virilidade. Aquelas mãos deixam de ser uma característica pessoal do senhor para servir como elemento de constituição da noção de um macho coletivo, ou o tipo ideal de macho. É um elemento que se encaixa no rol de símbolos que os homens convencionam dentro da lógica de pertencimento a uma masculinidade.

Dessa forma, eu percebi que o estabelecimento se construía através de um caráter espacial ambivalente, e essa ambivalência era representada pelos significados que o bar ganhava dependendo do período do dia. No período diurno, mesmo com os símbolos de permissividade espacial fortemente demarcados no estabelecimento, o fato da porta estar aberta indicava o caráter semi-público do local, do livre trânsito para entrar ou sair. Porém o ato de fechar as portas do bar à noite denunciava também a proibição de entrada no local a partir de determinado horário para alguns sujeitos, de perfil específico, o que o convertia em um espaço privado.

Nas imagens de ambos os bares (Fotos 01 e 03) é possível ver ainda que o homem de camisa azul escura e o outro de camisa vermelha posam da mesma forma para a foto. Esta era uma atitude muito recorrente quando, depois que eu finalizava uma conversa pedia em seguida para tirar uma foto da mesa. Era uma posição que indicava alerta, tanto por parte desse homem que me olha gravemente (cabelo branco) quando daquele que ri. Esse gesto significa sobretudo a ativação do poder e geralmente era esboçado pelos que de certa forma comandavam a mesma, fosse porque eram mais velhos, porque davam os rumos das conversas ou ainda porque tinham carro que levou o grupo para o bar ou qualquer outro fator convencionado entre o próprio grupo. Com esses exemplos eu também quero mostrar que o etos masculino modelado pela prática da homossociabilidade masculina pode ser convencionado em qualquer lugar, mas que nesse caso específico tomam parte na casa dos homens por ser um dos lugares mais apropriados

para eles para o desenvolvimento dessas práticas, principalmente porque são lugares que obedecem a toda uma norma erigida de um ponto de vista de homens para homens, monocentrada.

As diferentes casas dos homens empregavam também métodos diferentes para a prática do fenômeno que Welzer-Lang chama de homossociabilidade. Ou seja, as técnicas de modelamento das masculinidades nos homens eram singulares e variavam a partir dos locais que eu as analisava. Se no caso anterior eu citei as transformações de caráter semi-público e privado para categorizar aquele bar, em outros bares, por exemplo, a própria rua se tornava uma extensão do bar e das práticas que aconteciam dentro dele.

Havia um bar que funcionava diariamente no final da Rua Santos Dumont, bem próximo à estrada para a serra, e que tinha como público principalmente homens que vinham do interior para resolver pendencias no centro. Ao longo da rua alguns paus-de-arara se distribuíam e esses homens aguardavam a saída dos transportes tomando algumas cervejas. Nos dias de semana todos bebiam normalmente lá dentro e o barulho de conversas eram relativamente alto, mas eu considerava a dinâmica comum para um estabelecimento comercial com circulação de álcool. Entretanto, nos finais de semana, principalmente nos domingos, a situação se modificava. Todo o espaço de dentro do bar ficava vazio, pois os machos traziam as cadeiras, mesas e as garrafas de cerveja para o lado de fora do estabelecimento, passando a ocupar toda a calçada e parte da rua. A balbúrdia era sonorizada por um enorme som de carro, popularmente conhecido como paredão. As pessoas que caminhavam pelas calçadas eram obrigadas a desviar pelo meio da rua, na mesma faixa em que os carros transitavam. Além disso, entre uma piada e outra, todos gargalhavam de maneira semelhante a urros animalescos.

Eu observava toda a cena da varanda de uma colega e enquanto os espreitávamos sentíamos entre nojo e medo, e ponderávamos sobre como a masculinidade podia ser prejudicial, de forma que o próprio produto estava ali na nossa frente, sendo constantemente construído e partilhado, transformando aqueles sujeitos em monstruosidades.

A naturalização da ocupação desmedida da rua, os gritos, o som alto, funcionavam como um conjunto no sentido de validar o domínio dos machos sobre o espaço público.

Em outro bar que identifiquei como uma casa-dos-homens, o bar de Seu Chiquinho, um grupo de quatro homens bebia cervejas por volta de 08h00min da manhã. O café-da-manhã já era inusitado por si só, mas havia outra questão que era a relação com

as mulheres que transitavam pelo local, e essa relação era nitidamente afetada pelas categorias de cor e de idade.

Permaneci no local por aproximadamente uma hora e mulheres de várias faixas etárias, desde aparentemente 25 anos até os 50 circularam por ali, mais brancas, mais negras. Entretanto, o perfil que chamava mais a atenção deles era o das mais mulheres mais jovens e de pele mais escura, a ponto de eles pararem de conversar para encará-las. Com uma delas um dos machos chegou inclusive a interpelá-la verbalmente com um "bom dia" carregado de malícia. Não coincidentemente esta moça era africana.

Estes fatos se ligam ao que muitas teóricas negras atentam e problematizam constantemente que é para o fato da objetificação e hiperssexualização do corpo da mulher negra (Carneiro, 2003; Gonzalez, 1984), mais ainda do que o da branca. Nesse sentido, as mulheres negras passam por uma dupla estigmatização, que age tanto no nível de gênero quanto da cor.

Portanto, quando caracterizo as casas-dos-homens como espaços quase intransponíveis no título do tópico, me refiro ao fato de não ter obtido sucesso em penetrar em todas as estruturas de casas-dos-homens que mapeei em Redenção, principalmente nos espaços que tinham uma circulação quase absoluta de homens. Acredito, entretanto que o fato de não estar dentro tenha prejudicado os meus resultados, mas antes me auxiliou a olhar para dentro daqueles locais, tendo as portas dos estabelecimentos como minhas fronteiras físicas e simbólicas, e a desenvolver formas mais apuradas de análise. Nesse sentido penso que desenvolvi percepções diferentes (mas ainda assim válidas) de alguém que tivesse se inserido de fato na dinâmica dos homens.

3.3 Repensar o conceito de "casa dos homens" para a reflexão de uma(s) "casa(s) das mulheres"

Este tópico foi pensado com um caráter muito mais reflexivo do que prático ou teórico e parte da minha intenção de pegar o conceito de Welzer-Lang de *maison des hommes* para refletir acerca das práticas femininas que mapeei e sobre as quais discuti no decorrer de todo o trabalho. Seria possível desenvolver uma lógica de uma(s) casa(s) das mulheres incluindo nesse contexto as mulheres da mesma forma que os homens são considerados na casa-dos-homens? A criação dessa categoria daria conta de representar as formas de resistência das mulheres às imposições física e simbólica do poder da masculinidade?

A quantidade de experiências que presenciei em campo com as mulheres em suas formas de relação com o espaço e com elas mesmas, aliada a leitura de Welzer-Lang, serviu para me fazer refletir sobre a complexidade das relações entre mulheres, principalmente dessas relações que nascem e se desenvolvem na rua.

Quando falo das relações de rua entre mulheres, me refiro a todo um contexto marcado por estruturas baseadas nas experiências dos machos, que são representadas pela extensão de bares, borracharias para a rua e das praças.

Não é possível pensar em uma casa-das-mulheres em um sentido relativo à casa-dos-homens estabelecido por Welzer-Lang. A casa a que o autor se refere e que eu também me reporto várias vezes no meu campo, pode ser tanto pública quanto privada, e mesmo enquanto espaço privado baseia-se nas práticas da diversão e do ócio como uma das principais formas de construção da masculinidade. Podemos dizer, portanto, que a casa-dos-homens pode ser qualquer lugar, porque essa permissividade é legitimada e reforçada pela sociedade machista.

Em contrapartida, espaços de sociabilidade feminina marcados pelo ócio e pelo deleite do tempo livre são de distribuição ínfima e de iniciativa de mulheres que batalham contra a imposição do sistema de opressão de gênero, transgredindo-o mesmo que não saibam.

As casas-das-mulheres que proponho não são sinônimo de lar. Nascem de maneira marginal, sem teto. Suas sujeitas lutam contra um sistema que tenta calá-las e enfraquecê-las. Porém, cheias de vontade e de garra, reafirmam-se através de cochichos nas calçadas. Em grupos revelam seus desejos sem o pudor atrelado ao feminino; escrutinam, "entrecortam" e objetificam corpos masculinos de transeuntes desconhecidos; demarcam territórios para se exercitarem e se divertirem, debochando dos atributos masculinos, subjugando-os.

As estratégias de resistência se apresentam de forma efetiva quando as mulheres alvo desta pesquisa, por meio da tática da coletividade feminina, ressignificam símbolos, corpos e discursos. Através da incorporação e rearranjo dessas categorias sob uma lógica feminina reconfiguram sua presença e sua existência em Redenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começo as minhas considerações finais ressaltando que este trabalho foi a culminância da minha efetivação enquanto antropólogo aprendiz. Pude aplicar de forma

mais madura e eficaz conhecimentos e experiências provenientes das pesquisas de campo anteriores e, sem dúvida, fazer uma aplicação teórica mais fluida. A rede de colaboradores/as previamente estabelecida foi um fator de grande diferencial por permitir uma otimização do tempo relativo aos movimentos de aproximação e obtenção de dados etnográficos.

A leitura da bibliografia feminista, em especial a teoria espacial feminista, foi de alta relevância para o trabalho, sobretudo para mim enquanto homem. A escrita dessas pesquisadoras, por ser constantemente permeada por experiências de vida, fornecia um panorama conceitual que permitia compreender a opressão que elas denunciavam atrelada diretamente à vivência feminina. Neste sentido, é o próprio caráter de "ser mulher" que fala, que instaura discurso e propriedades de fala.

O trabalho etnográfico abriu portas para um exercício que eu só tinha experienciado anteriormente por meio das leituras: as categorias de análise. As categorias de gênero e espaço que apreendi em Redenção permitiram refletir principalmente como representações da construção dos próprios espaços, de forma que o sentido dos espaços era definido através de todo um conjunto de símbolos que o compunham e através da dinâmica do público que os frequentava.

Me reporto aqui especificamente aos conceitos de "casa-dos-homens" de Welzer-Lang e "pedaço" de Magnani, que peguei de empréstimo para usar neste trabalho. Mediante o acompanhamento do espaço em que trabalhei e dos/as interlocutores/as com quem fui posto em contato pude perceber de forma prática e viva eram definidos poderiam se tornar diferentes de acordo conjuntura.

Em Redenção, concebi as casas dos homens como sendo qualquer espaço em que homens exerciam coletividade sua homossociabilidade e suas ferramentas de controle. Por pedaços eu passei a enxergar uma construção que se dava em nível muito mais social do que estritamente físico.

A desnaturalização da dominação masculina nas situações de conflito entre homens e mulheres observadas se mostraram como uma atividade ao mesmo tempo prazerosa e desafiadora. Me preocupei em construir uma narrativa que tivesse o caráter de uma história contada e ao mesmo tempo trouxesse a parte teórica de desconstrução daqueles momentos. As situações dos festejos da padroeira estiveram bastante permeadas dessa carga narrativa. Observei-as como relações de poder e desigualdades não apenas pelo referencial teórico embutido no decorrer da pesquisa, mas ao olhar para as próprias

situações e enxergar nelas questões de constrangimento e de imposição de uma vontade masculina.

O acompanhamento a grupos femininos em espaços de Redenção me fez enxergar formas de resistência empregadas pelas mulheres para a manutenção de uma espécie de fortalecimento baseado na comunhão coletiva da experiência feminina. A menstruação, os exercícios físicos, a expressão do desejo por corpos masculinos desprovido de qualquer demonstração afetiva e a emasculação simbólica da virilidade masculina, através do deboche das características dos homens, representavam pontos que cada grupo de mulheres elegia diferentemente para reunir sua coletividade e vivência na rua.

Com os homens, por outro lado, a minha relação passava muito mais pelo caminho da indiferença. Embora soubesse que questões sociais e espaciais eram pertinentes para a composição do trabalho, entre eles eu estava muito mais interessado em apreender questões relativas ao espaço do que tentar estabelecer conversas. Além disso, a utilização de termos depreciativos como "viado, baitola" na construção da sociabilidade masculina foi um fator que me distanciou um pouco.

Penso que tive um maior sucesso em campo nos territórios femininos do que necessariamente nos masculinos. Conflitos pessoais, medos e angústias vieram à tona quando a questão foi adentrar e experimentar, de fato, os espaços e sociabilidades masculinas. Em contraposição a isso tive de buscar dentro de mim formas alternativas de análise desses territórios e desses interlocutores. Sempre munido de muita atenção quando surgia oportunidades de adentrar casas dos homens, buscava por meio do estabelecimento da confiança adquirir informações que julgava pertinentes e tinha como premissa fundamental ouvir mais e falar menos.

A sociabilidade é fenômeno integral na vida de homens e mulheres e, no caso deles, está carregada de uma permissividade espacial muito maior. Entretanto, em Redenção, a boa dinâmica de existência das coletividades femininas foi essencial para a maior fluidez das experiências femininas e aproveitamento do espaço público.

Este trabalho tratou de fazer uma análise das relações de gênero no município de Redenção baseada no aspecto espacial/territorial para explicar/justificar/dissertar sobre conflitos, negociações e disputas que tomavam lugar nos próprios espaços. Foi uma pesquisa que serviu sobretudo para evidenciar formas locais de resistência feminina ao sistema de dominação patriarcal como também as formas locais de tentativa masculina dessa dominação. Foi um exercício que permitiu experimentar de forma mais profunda o universo de homens e mulheres heterossexuais e conhecer melhor seus códigos de

sociabilidade. A mim me atingiu pessoalmente ao me colocar em contato com questões internas como minha masculinidade e, por meio da ativação da memória, relembrar de antigos traumas familiares envolvendo questões como bebida, esportes e coisas de homem. Este trabalho etnográfico foi sem dúvida um divisor de águas na minha vida: Pessoalmente tem a representatividade de encerrar um ciclo na minha vida, cheio de altos e baixos. Academicamente destrincha de forma simples e direta a minha proposta inicial de dissertação etnográfica gênero-espacial, recheada de alegrias, surpresas, amarguras e realizações.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: SIMILI, Ivana G. (Org). **Corpo, gênero e sexualidade**. Maringá, Eduem. s/d.

ALVES, Andréa Moraes. Fronteiras da relação. Gênero, geração e a construção de relações afetivas e sexuais**. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana.** n. 3. 2009, pp. 10 – 32.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo** – a experiência vivida; tradução de Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

_____. **O Segundo Sexo** – fatos e mitos; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BECKER, Bertha. O governo do território em questão: uma perspectiva a partir do Brasil. **Parc. Estrat.** v.14. n. 28. 2009. pp. 33 – 50.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Maria Helena Kühner (trad.). 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York: Routledge. 2004.

_____. Speaking Up, Talking Back: Joan Scott's Critical Feminism. BUTLER, Judith; WEED, Elizabeth (orgs). **The question of Gender**: Joan W. Scott's critical feminism. Indiana: Indiana University Press. 2011, p. 11 – 28.

_____. **Lenguaje, poder e identidad.** Madrid: Síntesis, 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL8AArt17.pdf>. Acesso em: 04 jun 2015.

COSTA, Albertina de Oliveira. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. **Estudos Feministas**. 2. ed. 1994.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. s/d Trad. Plataforma Gueto. Disponível em: <https://escrevivencia.files.wordpress.com/2014/04/angela-davis-mulher-rac3a7a-e-classe.pdf>. Acesso em 30 mar 2015.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. **História das Mulheres no Brasil.** PRIORE, Mary Del (org). 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 223 – 240.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da . Etnografia: saberes e práticas. In: Céli Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli. (Org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008, p. 9-24. Série Graduação.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Paula Siqueira (Trad.). **Cadernos de campo**. n. 13, 2005, pp. 155 – 161. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50263/54376>. Acesso 20 jul. 2015.

FERREIRA, Angela Lucia de Araujo; MARQUES, Sonia. Privado e Público: Inovação espacial ou social? **Scripta Nova**. n. 69. 20. ed. 2000, pp. 1 – 11.

FORTE, Séphora Barros de Menezes. **A violência contra a mulher no Estado do Ceará e a aplicação da Lei Maria da Penha.** 2008. 45f. Monografia. (Curso de Especialização em Administração Judiciária) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Fortaleza. 2008.

FOUCAULT, Michel . **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984, pp 153 - 167.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, 1984, p. 223-244.

IRIGARAY, Luce. **This Sex Which Is Not One**. New York: Cornell University Press. 1985.

JESUS, Jacqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero** : conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.

KELLER, Daniel. Azul ou Rosa: manifestações identitárias de gênero sob o viés normativo do consumo. **Congresso Internacional Comunicação e Consumo.** 2014. Disponível em: <www.espm.br/download/Anais_Comunicon.../gt.../GT09_KELLER.pdf>. Acesso em 21 mai 2015**.**

KINSER, Amber E. Negotiating Spaces for/through Third-Wave Feminism. **NWSA Journal**. v. 16. n. 3. 2004. pp. 124-153.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LESLIE, Sarah-Jane *et al*. Expectations of brilliance underlie gender distributions across academic disciplines. **Science.** v. 347. 6219. ed. 2015. pp. 262 – 265.

LORD, Audre. Age, Race, Class and Sex: Women Redefining Difference. **Sister Outsider:** Essays and Speeches. 1984. pp 114 – 123.

MACEDO. Ana Gabriela. Pós-feminismo. **Estudos Feministas**. 3. ed. 2006. pp. 813 – 817.

MAGNANI, José Cantor. **Festa no pedaço**: Cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. De perto e de dentro: notas para uma antropologia urbana. **RBCS**, v.17, nº 49, jun. 2002.

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo**: uma análise cultural da reprodução. Trad. Júlio Bandeira. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MARTINS, João Rodrigo Vedovato. Generificação dos corpos: Performatividade de gênero e educação infantil. In: Semana de Ciências Sociais da UFSCar, 13, 2015**.** São Carlos. **Anais**. São Carlos: UFSCar, 2015, pp. 123 - 134.

MASSEY, Doreen B. **Space, place and gender**. Minneapolis: University of Minnesotta Press. 1994. pp. 175 – 249.

_____; McDOWELL, Linda. A woman's place? In: Doreen Massey and John Allen (eds.). **Geography Matters! A Reader**. Cambridge: Cambridge University Press, 1894, pp. 124-47.

ORNAT, Marcio Jose. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, 2 (2): 309-322 , jul./dez., 2008.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a "economia política" do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. **Nova História das Mulheres no Brasil**. Carla Bassanezi Pinksy e Joana Maria Pedro (orgs). 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71 – 99.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**. Florianópolis, n. 44, v. 22. 2007. pp 117 – 134.

SILVA, Rodrigo Kuhn. **A evolução do conceito de Espaço Geográfico**. s/d. Disponível em: <www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/5199.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2015.

SILVA, Susana Veleda da. Os estudos de Gênero no Brasil: Algumas Considerações. Biblio 3W. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona**, n. 262, nov. 2000. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-262.htm>. Acesso: 03 mai 2015.

_____; LAN, Diana. Geography and gender studies: the situation in Brazil and Argentina. **Belgeo**. 2007. Disponível em <http://belgeo.revues.org/pdf/11227>. Acesso em 03 mai 2015.

_____. Desfazendo o “natural”: a heterossexualidade compulsória e o *continuum* lesbiano. **Bagoas**. n. 05. 2010. pp. 45 – 55.

TIFFANY, Sharon W. Feminist Perceptions in Anthropology. In: O’BRIEN, D; TIFFANY, S.W (orgs.). **Rethinking women's roles.** Berkeley: University of California Press, 1984, pp. 1 – 12.

WALKER, Rebecca. Becoming the Third Wave. **ProQuest**. 1. ed. 1992. pp. 39 – 41.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, 2001, pp. 460 – 482.